

TIAGO HENRIQUE DA LUZ

NAZISMO E MISTICISMO ALEMÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

CURITIBA

2013

TIAGO HENRIQUE DA LUZ

NAZISMO E MISTICISMO ALEMÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Trabalho de conclusão da disciplina de Pesquisa Histórica,
Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História
Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

CURITIBA

2013

*Ao professor Aarão, que descobriu meu interesse pela História.
Ao professor Dennison, que me orientou ao longo deste processo.
À minha companheira, que me apoiou quando mais precisei.
Aos meus pais, que me acompanham desde o começo.
Sem vocês, não seria possível chegar onde estou.*

“Porque é ali, sim, na rua, e não mais no parlamento, que se trava a luta pelo poder! Doença do tempo, essa volúpia de só existir em forma de massa, de gritar em massa.”

(Kurt Tucholsky)

“A magia, como nos ensinam as crianças, consiste em crer que nossos votos podem se realizar, sob a condição de que sejam intensos.”

(Jean-Gerard Bursztein)

“Pertence ao domínio da tragédia ou da farsa o fazer da democracia por vias não democráticas?”

(Alcir Lenharo)

ABSTRACT

Na Alemanha do início do século XX, sobressaíam tendências ao conservadorismo, à xenofobia e ao elitismo. Estes elementos, sustentados por uma atmosfera nacionalista e por uma forte presença da mística de culto do passado germânico, conduziram à guerra (1914-1918) e esta levou o país recém formado à desintegração cultural, política e econômica.

A República de Weimar (1919-1933) se estabelece em meio a tentativas de golpes revolucionários e reacionários. Depois da repressão violenta dos grupos de esquerda, esta república continuou sendo percebida como uma aberração, avessa ao “espírito” e à “cultura” alemães. Estes valores “autênticos” deveriam ser preservados dentro de um estado “forte”, fazendo com que o movimento nazista e seu líder, Adolf Hitler (1889-1945) ganhassem popularidade. Estabelecido o regime nazista (1933-1945), este – bem como outros de natureza análoga – se torna um modelo de sucesso para outros países, que se aproximam em governos de tendências fascistas.

No Brasil, um regime que se pretende unificador e salvador da nação (1930) também alcança o poder e, utilizando-se de semelhantes discursos e meios para a repressão dos opositores, culmina na ditadura do Estado Novo (1937-1945). Paralelamente, o movimento integralista (1932-1938) passa a competir pelo poder, até ser oficialmente dissolvido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
A ALEMANHA DO PÓS-GUERRA.....	9
HITLER, NACIONALISMO E OCULTISMO	21
O BRASIL E O CATOLICISMO	38
CONCLUSÕES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
FONTES.....	52
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS	52

INTRODUÇÃO

No presente momento, a Europa experimenta dificuldades econômicas. Movimentos extremistas e tendências à xenofobia passam a ter mais visibilidade. Pode-se mencionar o recente atentado desferido por um extremista de direita, em Oslo, Noruega, fazendo dezenas de vítimas. Ao mesmo tempo, na Grécia, um partido de extrema direita reúne mais apoio eleitoral.

A fim de compreender as atuais manifestações da direita, é possível recorrer ao passado – mais precisamente uma época em que se delineava uma grande crise social, política e também econômica.

A Alemanha passou por um processo de unificação e industrialização muito peculiar, tornando-se um dos países mais influentes cultural, política e economicamente. Durante a primeira metade do século XX chegou a tornar-se centro das atenções, seja em virtude de seu desenvolvimento, seja devido às duas Guerras Mundiais, que atingiram enormes proporções e cujas repercussões causam assombro e convidam à reflexão, mesmo após um século.

Em que circunstâncias culturais estas guerras se desenrolaram? Que idéias e concepções acompanharam estes homens que se lançavam à guerra? Que era o nazismo e como chegou a ter tão grande aceitação? Estas foram algumas das questões que convidaram à realização deste estudo. Através dele, vieram à tona alguns aspectos de uma faceta da cultura, da política – e mesmo da mente humana – que tem sido considerada parcialmente por alguns pesquisadores, especialmente os que se dedicam ao desenvolvimento e ao progresso.

A compreensão das origens e, ao menos em parte, da própria natureza do movimento nazista parece remeter justamente a este outro lado despercebido, “oculto” – se assim se quiser dizer. A busca de seu significado levou justamente à investigação dos elementos lendários, entre a história, a religião e o misticismo, presentes na cultura e na política alemãs do início do século passado.

Por estar num campo cuja pesquisa abrange a história política, a história militar e a história cultural, exige-se a interdisciplinaridade, necessitando o auxílio da história, da sociologia, da psicologia, da semiótica, da heráldica, a fim de compreender o mencionado panorama e interpretar a utilização pública destes elementos.

O primeiro capítulo trata deste panorama mergulhado em convicções, angústias, desilusões e conservadorismo, em que tensões entre os grupos subalternos são preferencialmente dispersas à força, em nome dos interesses das camadas superiores e da manutenção do poder, consistindo numa via de “modernização conservadora”.

O segundo capítulo investiga o processo formativo daquele que se tornaria o líder do movimento nazista, associando a visão de mundo que incorpora, bem como o contato que teve com os círculos intelectuais de cunho nacionalista e conservador e com as sociedades místicas que cultivavam estas concepções com um viés místico e com repercussões “cósmicas”. É destas concepções que surge o Partido Nazista – de fato, ele deriva diretamente de uma de tais sociedades ocultistas.

A influência do compositor Richard Wagner (1813-1883) é essencial na formação de Hitler. Sem compreender o caráter desta apropriação, a percepção das manifestações de massa e o uso da simbologia mística no nazismo permanecem incompletas. A elite do partido se fragmenta em grupos que priorizam o caráter “iniciático” restrito desta mística e outros que pretendem utilizá-lo amplamente como instrumento propagandístico num partido de massas; esta última tendência prevalece.

O último capítulo pretende apontar comparações possíveis – oscilando entre o paralelo e o contraponto – com o processo de estabelecimento da identidade política e nacional brasileiras, constatando as diferenças e semelhanças entre o regime europeu e o discurso político e ideológico de Getúlio Vargas (1882-1954) bem como do regime integralista.

A ALEMANHA DO PÓS-GUERRA

A fim de que se possa realizar um estudo dedicado à apropriação política e ideológica dos diversos aspectos do misticismo na Alemanha do início do século XX, é necessário, antes, compreender em que condições tais elementos se encontravam presentes e/ou se desenvolveram na sociedade alemã. Assim, um levantamento bibliográfico a respeito da conjuntura alemã se torna o primeiro passo obrigatório para a realização desta pesquisa.

Nesse sentido, foi esclarecedora a obra de Arno Mayer, que se alinha com a argumentação de Joseph Schumpeter, segundo a qual o elemento feudal se mantinha como uma *classe dirigente* que se conduzia “segundo moldes pré-capitalistas”, apenas cuidando dos “interesses burgueses” a fim de que se aproveitassem das “possibilidades econômicas oferecidas pelo capitalismo”.¹ Desse modo, o autor se distancia dos historiadores orientados por outras correntes², cujas contribuições serão discutidas no decorrer da pesquisa.

Assim, é possível compreender diversos aspectos do panorama geral europeu – e, especificamente, do alemão – em que as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) constituíram o que o autor chama “a Guerra dos Trinta Anos da crise geral do século XX”. A primeira fase desta crise, caracterizada pela Primeira Guerra Mundial, foi, segundo o autor, “conseqüência da remobilização contemporânea dos *anciens régimes* da Europa”, argumentando que “embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência”.³ O autor argumenta que

(...) os historiadores enfocaram com demasiada insistência o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e mundial, da burguesia e das classes médias, da sociedade civil liberal, da sociedade política democrática e do modernismo cultural. Estiveram muito mais preocupados com essas forças inovadoras e a formação da nova sociedade do que com as forças de

¹ MAYER, Arno. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 21.

² Generalização que, nesta pesquisa, visa englobar os diversos autores que consideram a predominância dos elementos modernizantes como demonstração de progresso, dando ênfase ao desenvolvimento técnico e tecnológico, partindo de uma abordagem que tende mais ao econômico que ao cultural. Por outro lado, ao adotar esta perspectiva, não se pretende negar a existência de tais tendências, nem estabelecer o regime de caráter fascista como único desfecho histórico possível.

³ Idem, *ibidem*, p. 13.

inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem. Embora num certo nível os historiadores e cientistas sociais ocidentais tenham repudiado a idéia de progresso, num nível diferente continuaram a acreditar nela, ainda que em termos determinados. Essa crença tácita e duradoura no progresso vem acompanhada por uma intensa aversão à paralisia e à regressão históricas. Houve, assim uma tendência marcante a negligenciar, subestimar e desvalorizar a resistência de velhas forças e idéias e o seu astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo até mesmo a industrialização. O resultado é uma visão parcial e distorcida do século XIX e do início do século XX. Para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas.⁴

O autor prossegue, afirmando que a tese de seu livro “é a de que os elementos ‘pré-modernos’ não eram os remanescentes frágeis e decadentes de um passado quase desaparecido, mas a própria essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa”; assim, sustentando seu argumento, reconhece que “à exceção de uns poucos banqueiros, negociantes e armadores, as grandes fortunas e rendas se baseavam na terra”, e que “por toda a Europa, as nobrezas fundiárias ocupavam o primeiro plano não só em termos econômicos, sociais e culturais, mas também políticos”.⁵

Para manter sua posição privilegiada, “as velhas elites primaram por ingerir, adaptar, assimilar, de maneira seletiva, novas idéias e práticas, sem ameaçar seriamente seu *status*, temperamento e perspectiva tradicionais”. Ao mesmo tempo, “ao longo de todo o século XIX e início do século XX, os *grand bourgeois* se negaram a si mesmos, ao imitarem e se apropriarem dos modos da nobreza, na esperança de ascender a ela. Os grandes financistas e homens de negócios compraram propriedades rurais, construíram casas de campo, enviaram seus filhos para escolas superiores de elite e assumiram poses e estilos de vida aristocráticos e cortesãos”, procuravam se casar “dentro da nobreza titulada”, bem como “solicitavam condecorações” e “cartas patentes de nobreza”. O autor afirma que ao renegarem a si mesmos a fim de tentar “participar como simples membros do antigo *establishment*, os burgueses aristocratizantes debilitaram sua própria formação de classe e consciência de classe”, e aceitaram e prolongaram sua posição subordinada na “simbiose ativa entre os dois estratos sociais”. Dessa maneira, “os burgueses abraçaram a alta cultura historicista e patrocinaram as instituições hegemônicas que eram dominadas pelas antigas elites”. Segundo Mayer, o resultado foi

⁴ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 16.

o fortalecimento das linguagens, convenções e símbolos clássicos e acadêmicos nas artes e letras, em vez do estímulo aos impulsos modernistas. Estes “burgueses auto-renegados” não só se permitiram ser envolvidos por um “sistema cultural e educacional que defendia e reproduzia o *ancien régime*”, como estavam entre os “paladinos mais entusiásticos da arquitetura, escultura, pintura e artes cênicas tradicionais”. Arte clássica que contava com enorme apoio estatal, enquanto intelectuais e artistas contestavam “o positivismo da teoria social, a racionalidade do homem e a realidade do progresso”. Dentre estas instituições, encontravam-se academias, conservatórios, museus, igrejas e universidades.⁶

A maioria dos intelectuais considerava que a “cultura” alemã se encontrava ameaçada pela “civilização” latina e, enquanto poetas e filósofos regozijavam ao ver o povo unido para a guerra que se iniciava – basta lembrar de Gerhart Hauptmann que, agraciado com o prêmio Nobel de Literatura em 1912, compôs um canto de cavalaria: “Primeiro, um francês queria roubar a honra à Alemanha. Depois, chegava um russo. Por fim, um inglês. Mas a bela e corajosa Alemanha não cedera. Ela não cederia mesmo que fossem nove em lugar de três. Porque tinha a proteção de Deus, do imperador, do exército alemão!” – o historiador Friedrich Meinecke constatava que “o tempo da separação entre a política e a cultura estava definitivamente encerrado”. A Liga Pangermanista⁷, atuando no Reich Alemão (1871-1918), como indica Lionel Richard, foi uma notável representante dessa corrente de pensamento, conclamando os povos germânicos à união e propondo, a fim de proteger a Alemanha, a anexação dos Estados limítrofes. Considerava, portanto, que a guerra era salvadora e geradora de progresso.⁸

Caso curioso é o de Ernst Lissauer, autor de um *Cântico de ódio contra a Inglaterra*, que foi obrigado a emigrar em 1933, por ser de origem judia, lamentando-se pelo que havia escrito quando se deu conta da loucura assassina que podia conduzir o chauvinismo. Por outro lado, o anti-semitismo era muito anterior à guerra, já que o Partido Operário Cristão-Social, do pastor Adolf Stöcker, datado de 1878 é o primeiro partido a propor abertamente um combate anti-semita. Em 1879, o jornalista Wilhelm

⁶ Idem, *ibidem*, p. 22-23 e 268.

⁷ Organização que tinha, dentre seus fundadores, Alfred Hugenberg, diretor das fábricas Krupp, que havia estabelecido vínculos com outros industriais, como Stinnes, Kirdorf, Reusch e Borsig, que haviam aprovado os planos de anexação. Não deve ser confundida com outra, análoga, porém com diferentes objetivos, atuante no vizinho Império Austro-Húngaro. Esta diferença será discutida mais adiante, bem como a relação que ambas tiveram com o processo formativo de Hitler e a atuação deste no movimento nazista.

⁸ RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 19.

Marr havia fundado uma liga anti-semita. Em 1881, o pseudo-filósofo Eugen Dühring pretendia estabelecer as bases ‘científicas’ do anti-semitismo ao denunciar uma fantasista ‘dominação judia’.⁹

No que se refere ao anti-semitismo, a análise de Daniel Goldhagen pode trazer alguns esclarecimentos. Este autor afirma que “os homens e mulheres transformados em perpetradores do Holocausto foram moldados e operaram dentro de um contexto histórico e social” e “carregaram consigo *concepções de mundo* previamente elaboradas”, sendo o destino dos judeus “um desdobramento direto desta *visão de mundo*, compartilhada pela vasta maioria do povo alemão”. Sustenta, ainda, que não foram as dificuldades econômicas, os meios coercitivos de um Estado totalitário, a pressão social psicológica, ou as invariáveis propensões psicológicas, mas as idéias sobre judeus difundidas na Alemanha durante décadas que induziram alemães comuns a sistematicamente matar judeus desarmados e indefesos.¹⁰

Goldhagen diferencia esta visão de mundo dos casos gerais de conflitos intergrupais, comparando ao anti-semitismo alemão àquele anti-semitismo oriundo da cristandade medieval, com sua “visão inflexível, não-pluralista e intolerante sobre a base da sociedade, cuja ordem moral se considerava violada pelos judeus” – aqueles que, recusando Jesus, desafiavam a concepção universalmente aceita de Deus, do homem e, denegrindo e profanando, com sua simples existência, tudo que era sagrado. Desta forma, para os cristãos, os judeus tornaram-se representantes simbólicos dos males do mundo. Por outro lado, tornava-se virtualmente impossível ser um cristão sem ser adepto de algum tipo de anti-semitismo. Como se verá mais adiante, processo semelhante ocorreu na consolidação da identidade alemã, idealizada em oposição à imagem do judeu, mas a partir de um viés racial e biológico, e não religioso. Devido a este fato, ainda que esta pesquisa não tenha como objetivo explorar especificamente a questão do anti-semitismo ou do “Holocausto”, este assunto será mencionado em outros momentos.¹¹

Retornando à questão da conjuntura alemã, deve-se ter em mente que a burguesia - que se mantinha dividida entre os “defensores do livre comércio, das liberdades democráticas e do império informal” e os defensores do “protecionismo econômico, do antiliberalismo político e do imperialismo vigoroso” - passou a adotar

⁹ Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁰ GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 15-17. Grifo meu.

¹¹ Idem, *ibidem*, pág. 47-55.

uma postura nacional-conservadora, especialmente com a grande deflação dos preços de 1873 a 1896, agravando o ritmo do protecionismo, imperialismo e rearmamento. Procuravam cada vez mais o *ancien régime* “não só para tarifas, contratos e cargos públicos (para os filhos), como também para a proteção armada contra as agitações de trabalhadores e nacionalidades subalternas, a nível interno, e potências rivais e povos coloniais, no exterior (...). Em troca dessa ajuda estatal, os líderes do mundo dos negócios abandonavam suas crenças liberais abraçavam a concepção de mundo conservadora das elites tradicionais e apoiavam a política do antiliberalismo”. Os grandes proprietários rurais, sabendo da vulnerabilidade de suas posições, “organizaram *lobbies*, grupos de pressão, ligas camponesas e partidos ou facções dentro de partidos, a fim de fortalecer sua posição em acordos pontuais com elementos burgueses e ministérios governamentais, e manter seu predomínio na sociedade política em geral, especialmente numa antecipação de futuros tempos difíceis”; o faziam graças a seu *status* rural, que facilitava seu acesso aos “auxiliares feudais que ocupavam cargos de Estado, comandavam o exército [e] elaboravam políticas favoráveis a si mesmos”. De fato, os nobres, secundados pelos eclesiásticos e militares, escoravam seu prestígio “tornando-se advogados das virtudes da terra e de seus cultivadores” e apresentando-se como os “guardiões do *habitat* natural do homem, o solo”.¹²

O rápido crescimento industrial e urbano era visto como uma ameaça a estes valores, e a *intelligentsia* que, cada vez mais, tomava a cidade como “a principal encarnação do impasse maligno da civilização europeia”, se preocupava com o “futuro do pensamento e cultura superiores sob as condições de um regime popular”. O autor esclarece que, na realidade, não se tratava da defesa de um “estado de inocência e pureza pastoris”, mas sim do “fim da cidade clássica da política, sociedade e cultura de elite”.¹³

Arno Mayer sintetiza essa visão de mundo (*Weltanschauung*) como “*idées-forces* de decadência e *fin-de-siècle*”, que teriam sido “absorvidas pelo inventário mental e disposição psicológica dos membros feudais e aristocratizantes das classes superiores europeias”, e que se revelam, por exemplo, na postura dos intelectuais políticos os quais “propunham superar e controlar essa crise restaurando e transvalorizando a antiga sociedade hierárquica, sem reformá-la ou democratizá-la”. O autor demonstra ainda que a “revolta contra o cientificismo, o positivismo e o

¹² MAYER, A., op. cit., p. 41-43 e 269-270.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 270-271.

materialismo”, bem como o combate ao socialismo e ao movimento operário, se dava devido ao fato de estes serem “os maiores subrogados e testamentários do liberalismo progressista, quase inteiramente sem vida, do final do século XIX”, ou seja, por “levar adiante e democratizar o segundo movimento do Iluminismo”. O precoce darwinista social Ernst Renan afirmou que “grandes segmentos da humanidade teriam de ser mantidos ‘num papel subordinado’ para que a alta cultura e a erudição se desenvolvessem. Renan insistia que, ao invés de educar as massas ignorantes, a sociedade devia se concentrar na criação de ‘gênios e públicos [seletos] capazes de entendê-los’”.¹⁴

O darwinismo social se converteu, com a remobilização da antiga ordem, na “concepção de mundo preponderante das classes dominantes e governantes da Europa”, constituindo, ao mesmo tempo, uma “ciência e fé, numa era cada vez mais dilacerada entre ambas” – mas Arno Mayer lembra que “as ciências naturais” não eram questionadas, pois “forneciam o sangue vital ao progresso material e médico e ao poderio militar”. Assim, o autor afirma que

o darwinismo social deu relevo à sua credibilidade aplicando os métodos racionais e empíricos utilizados no estudo da evolução natural. Apresentava uma interpretação ferozmente conservadora e levemente progressista da luta pela vida: de um lado, a guerra hobbesiana de todos contra todos; de outro, a sobrevivência dos mais aptos como a validação da evolução da luta pela vida e dos critérios de seleção proporcionou-lhe um vasto público. Enquanto os defensores do *laissez-faire* podiam deduzir que os princípios da evolução e seleção eram a garantia de uma concorrência desenfreada, os protecionistas agrários e industriais podiam interpretá-lo como uma sanção ao novo mercantilismo. Em outras palavras, embora o darwinismo social nunca estabelecesse normas específicas de ação e finalidades, realmente fornecia um esquema geral onde se poderiam inserir as preferências individuais e os projetos coletivos.¹⁵

Com o renascimento do estatismo, a ênfase da fórmula sincrética social-darwinista tendeu, gradativamente, para a “justificação das lutas disciplinadas do imperialismo social, tanto a nível interno como externo”, tornando as antigas elites preparadas para “empregar a supremacia ressurgente da política exterior e imperial para reforçar suas posições internas”. Apoiadas pela casta guerreira, as elites poderiam se

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 272.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 273.

declarar “especialmente qualificadas para dirigir a guerra de todos contra todos na arena mundial, onde a vitória militar constituiria a suprema prova de aptidão”.¹⁶

Arno Mayer demonstra que estes grupos nacional-conservadores “pressionavam pela renovação material e espiritual do *ancien régime*, a ser estimulado e testado pela justa prova de guerra, num universo darwiniano”. Com as bênçãos plenas das igrejas¹⁷, essa campanha se destinava a endurecer e espiritualizar as sociedades civis e políticas onde as nobrezas agrária e do serviço público reinavam supremas. Dessa maneira, os elementos feudais não só se tornavam “os principais protagonistas da ressurgência conservadora”, mas personificavam “a nação, a terra, a família e a religião, além das virtudes cardeais da honra, obediência e coragem”.¹⁸

Afirma, também, que a fonte interna da crise geral da Europa foi a “mentalidade de estado de sítio” que superestimava o ritmo da modernização capitalista, a revolta das plebes, a fragilidade do aparelho de Estado e a irrupção da burguesia industrial e profissional, ameaças estas que, vistas de modo exagerado, produziam reações extremadas por parte das antigas elites. Nesta “atmosfera intelectual” e psicológica carregada de influências social-darwinistas e nietzschianas, a guerra era celebrada como um “novo remédio que curava tudo”, tornando a derrota inconcebível, enquanto a vitória era aguardada como “demonstração irrefutável da capacidade pessoal, social e política”.¹⁹

O crescimento da crise tornou os motivos e as precondições para o conflito internacional cada vez mais políticos. Justamente pelo fato de a mentalidade comum dos líderes civis e militares favorecer a predileção pela guerra em detrimento da negociação e resolução de conflitos internos de classe, “a guerra deixou de ser a continuação da diplomacia, para se converter no prolongamento da política” e os governantes da Europa se tornavam mais dispostos a recorrer ao conflito externo para alcançar objetivos internos, iniciando ou aceitando-o, apesar dos enormes riscos. O autor ressalta que esse “culto da guerra era um assunto de elite, e não da plebe”, mas as instituições estabelecidas, inclusive as igrejas cristãs, se encarregariam de inculcar o furor pela guerra entre seu povo – os homens jovens.²⁰

¹⁶ Idem, ibidem, p. 275.

¹⁷ Mas sem que estes grupos se convertessem em organizações propriamente religiosas ou inspiradas por elas.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 290.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 294-295.

²⁰ Idem, ibidem, p. 294-296.

O autor afirma que, após 1871, os exércitos profissionais tinham se transformado em exércitos de massa com recrutas de serviço temporário, “sem que a antiga casta militar perdesse sua supremacia”. Assim, esses oficiais nobres e enobrecidos continuavam a se distinguir “por sua predileção pela hierarquia, pela coragem e pelo sacrifício heróico”, “comandavam exércitos em grande parte dependentes do transporte ferroviário e equipados com armamentos avançados, mas isso não impedia que continuassem a romantizar o combate corpo a corpo – daí a baioneta – e as cargas de cavalaria”, mantendo o que Mayer chama de “mística do ataque firme e resoluto” em que um “oficialato aristocrático treinava regimentos de cavalaria para cargas montadas e divisões de infantaria para batalhas campais”, demonstrando que “a guerra se enxertou no interior de imensos exércitos permanentes”, “amalgamas militares em que os elementos arcaicos se destacavam”. Nos impérios da Europa central e oriental “o exército, liderado pelo rei-soldado, era o principal baluarte da antiga ordem, bem como a expressão mais visível e notável da casta nobre na sociedade política”. Algo similar se dava em outros países, já que as forças de combate da Inglaterra estavam “embebedos de um código nobre de serviço, austeridade, dever, valor e trabalho em equipe” e os generais franceses, com poucas exceções, eram “paladinos do *élan vital*”.²¹

Segundo o autor, na Áustria, os movimentos socialistas e de auto-determinação das minorias nacionais, sobretudo da “ameaça magiar”, baseavam-se mais em conflitos fiscais e alfandegários do que políticos, mas a visão sobreestimada da força e do radicalismo que as elites tinham a respeito destes movimentos pode ser ilustrada pela proposta do general Conrad von Hötzendorff de “induzir uma guerra para revigorar e fortalecer o primado da classe dominante e governante austro-germânica por um futuro razoável, ainda que indeterminado”.²²

A divisão em duas alianças opostas²³ acelerou o competitivo crescimento militar terrestre e naval, que por sua vez acentuou a mútua desconfiança e beligerância dos governos e, embora os governantes conhecessem os riscos de um conflito prolongado, “suas análises, ostensivamente racionais, das capacidades vinham permeadas pela nova *Weltanschauung*”, prometendo que as grandes máquinas militares estivessem ajustadas

²¹ Idem, *ibidem*, p. 296-298.

²² Idem, *ibidem*, p. 300.

²³ De um lado, a “Tríplice Aliança” ou “Impérios Centrais”, que incluía o Império Austro-Húngaro, o Império Alemão e o Império Turco-Otomano; e de outro, a “Tríplice Entente”, incluindo principalmente França, Inglaterra, Rússia e, mais tarde, Itália e Estados Unidos.

“de modo tão minucioso que um embate rápido e exitoso alcançaria os resultados desejados, tanto internacionais quanto nacionais”.²⁴

Entre o público informado, a guerra vindoura era referida como uma guerra européia, uma guerra mundial, outra Guerra dos Trinta Anos ou uma catástrofe. Os socialistas, vendo o impulso para a guerra como uma manobra para estrangular o liberalismo progressista e o movimento operário emergente, passaram a expor os riscos. Já em 1887, antes que o sistema de alianças tomasse forma, Friedrich Engels predisse que

qualquer conflito futuro entre grandes potências só poderia ser uma “guerra mundial de extensão e intensidades até então inimaginadas”. Nesse holocausto, “8 a 10 milhões de soldados se chacinariam mutuamente; as destruições a nível continental se concentrariam em três ou quatro anos; a fome, a doença e a miséria generalizada alimentaria a selvageria dos soldados e dos civis; e o comércio, a indústria e o crédito seriam totalmente desestabilizados e naufragariam numa bancarrota geral.”²⁵

Em 1905, August Bebel – o líder da social-democracia alemã – previu a “Europa consumida por uma imensa campanha militar envolvendo 16 a 18 milhões de homens [...] equipados com as armas de morte mais recentes para sua mútua carnificina”, enquanto Jean Jaurès - falando pelos socialistas franceses - considerava que havia a possibilidade e até a probabilidade de que tal conflito abrisse o caminho para uma Europa social-democrata. Mas advertia que assumir essa “aventura bárbara” em apostar a emancipação de operários e camponeses num tal “lance de dados assassino” poderia igualmente “resultar, por um longo período, em crises de contra-revolução, reação furiosa, nacionalismo exacerbado, ditadura sufocante, militarismo monstruoso, uma longa cadeia de violência retrógrada e ódios, represálias e escravidões abjetas”. Sete anos mais tarde, Jaurès advertiu que, como os distúrbios da época eram de escala européia, qualquer conflito local poderia explodir como “o mais terrível holocausto desde a Guerra dos Trinta Anos”.²⁶

Quando a guerra já se mostrava iminente, em junho de 1914, os estadistas, encerrados dentro da mesma concepção de mundo e do mesmo projeto político impetuoso dos generais, reconheciam as dimensões do “cataclismo” que se aproximava;

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 303-304.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 304.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 306.

no entanto, “as classes superiores da Europa” esperavam, “contra todas as esperanças, retirar benefícios para si mesmas”. Todos os debates se tratavam “de lutas de facções sobre os meios, e não sobre os fins” que, segundo o autor, os unia no “compromisso conjunto de lutar contra a democracia política, o nivelamento social, o desenvolvimento industrial e o modernismo cultural”, determinados a “manter ou retomar o mundo idealizado do passado”.²⁷

Ao fim da Guerra, as turbulências revolucionárias terminaram com uma caçada sangrenta aos líderes comunistas e, estabelecida a República de Weimar (1919-1933), disseminou-se o “mito da punhalada pelas costas”, remontando ao herói da epopéia germânica dos *Nibelungen*, Siegfried, ferido mortalmente por traição. A Alemanha – o exército imperial – não teria perdido a guerra por derrota militar, mas por ter sofrido uma traição interna: teria sido minada pelas forças que faziam campanha contra a guerra, notadamente a liga Spartakista, ala revolucionária do Partido Socialista Independente, que nascera de uma cisão no Partido Social-Democrata. Convocados para combater os comunistas, os *Freikorps* (corpos voluntários) consistiam em tropas irregulares compostas por oficiais, suboficiais e soldados profissionais que, no momento da desmobilização, não aceitaram a derrota e ainda menos o fim do Império.²⁸

Somando-se a isto, as dificuldades econômicas – inflação, desemprego – contribuíram para um processo de dissolução dos costumes. Enquanto operários trabalhavam “um mês para ganhar o equivalente ao preço de um par de calçados” os novos-ricos, bilionários, freqüentavam os prazeres que Berlim oferecia, desde “pratos pantagruélicos e coquetéis refinados” até à profusão de boates e clubes freqüentados por homossexuais. E precisamente os burgueses, considerados até então inabaláveis em seus princípios de ordem, foram os primeiros a serem tomados por uma espécie de delírio.²⁹

A democracia, o republicanismo e o “materialismo anglo-saxão” não seriam compatíveis com o idealismo da raça alemã, a tal ponto que o já mencionado Gerhart Hauptmann, que participara do fervor nacionalista – nas comemorações do seu sexagésimo aniversário, que se dariam na Universidade de Berlim, solenidade da qual diversos professores e estudantes se recusaram a participar – “não poderia mais ser

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 307-311.

²⁸ RICHARD, Lionel. *op.cit.* p. 41-56.

²⁹ Idem, *ibidem*. p. 99.

considerado um alemão de confiança, após ter-se declarado em público um republicano”.³⁰

No que se refere ao campo religioso, diversas ligas, plenas de nacionalismo, vêem no socialismo um inimigo do Evangelho e que, portanto, precisa ser combatido, recorrendo assim, às mulheres e aos jovens, e defendendo um “cristianismo alemão”, um retorno às pretensas virtudes germânicas.³¹ Peter Gay observa que havia um obscurecimento das fronteiras entre poesia e religião – Meinecke, por exemplo, propunha que se deveria ler poesias de nomes como Goethe e Schiller numa Igreja em horas fixadas, perpetuando a idéia de que era necessário “superar” o “pensamento superficial” do Iluminismo; de outra forma estar-se-ia cego aos “abismos da alma humana, aos mistérios da *Kultur*, às seduções traiçoeiras da teoria do progresso, às armadilhas da democracia e que insiste – e isso é o pior de tudo – em corromper com a política a esferas da cultura e do espírito”.³²

Paralelamente a uma escalada de xenofobia e a perda de fiéis católicos e protestantes, o misticismo oriental penetrava até nas camadas populares, e uma parte destes se agregava aos círculos de falsos magos e hábeis comerciantes do absoluto. Os profetas de seitas religiosas que surgiam, e todas as espécies de pseudo-sábios e institutos com nomes pomposos, pretendiam prever o futuro ou dar a cada um a possibilidade de encontrar o caminho do sucesso. Nesta atmosfera de desespero, nostalgia anti-democrática e misticismo, surgiam nas bancas de jornais as profecias da chegada ao poder de um “novo César”.³³

Diante deste panorama, compreende-se que a atmosfera intelectual do Império Alemão não predominavam idéias ou práticas políticas que levassem a um regime mais democrático. A fim de estabelecer o novo Império como realização das aspirações nacionais seculares do povo alemão e enfatizar as experiências históricas específicas que ligavam a Prússia ao restante da Alemanha na construção do novo Império, historiadores imperiais patriotas se dedicaram à convergência da história prussiana e alemã. A guerra Franco-Alemã teve papel fundamental na formação de uma identidade do povo alemão, que se unia contra um inimigo secular nacional; os cerimoniais e

³⁰ GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 55-56.

³¹ RICHARD, L, op. cit, p. 146-147.

³² GAY, Peter. op. cit. p.88.

³³ RICHARD, L. op. cit. p. 100-116.

rituais inventados tinham por objetivo reforçar esta unidade artificialmente criada. Hobsbawm descreve um destes episódios:³⁴

Observados por pais e amigos, os meninos entravam no pátio da escola, marchando e cantando “*Wacht am Rhein*” (a “canção nacional” mais diretamente identificável com a hostilidade em relação à França, embora, significativamente não fosse o hino nacional prussiano nem alemão). Formavam de frente para os representantes de cada turma, que traziam bandeiras enfeitadas com folhas de carvalho, compradas com dinheiro arrecadado em cada turma. (O carvalho tem ligações com o folclore, o nacionalismo e os valores militares teuto-germânicos – ainda lembrados nas folhas de carvalho que assinalavam a mais alta classe de ornamento militar antes de Hitler: um equivalente alemão adequado dos louros latinos). O líder apresentava as bandeiras ao diretor que, por sua vez, dirigia-se à assembléia e falava sobre os gloriosos dias do último imperador Guilherme I e pedia três fortes vivas pelo presente monarca e sua imperatriz. Depois, os meninos marchavam, seguindo as bandeiras. Seguia-se ainda outro discurso do diretor, antes que fosse plantado um “carvalho imperial” (*Kaisereiche*) ao som de um coral. O dia encerrava-se com uma excursão à Grunewald.³⁵

O autor explica que o “povo alemão” antes de 1871 não tinha definição nem unidade política, e sua relação com o novo Império era vaga, simbólica ou ideológica. Desta forma, a identificação teria que ser mais complexa e menos definida. Daí a variedade de referências, indo desde a mitologia e folclore (carvalhos alemães, o Imperador Frederico Barba Roxa), passando pelos estereótipos simplificados das charges, até a definição da nação em termos de seus inimigos. A “Alemanha”, portanto, definia-se mais facilmente por aquilo a que se opunha do que de outras formas.³⁶

A expressão radical destas tendências foi a obsessão da elite nazista com estas idéias, bem como a incorporação de elementos pagãos, místicos e do culto popular de viés mais conservador, conforme veremos a seguir.

³⁴ HOBSBAWM, Eric. *A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914*. In: HOBSBAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 3º Ed. p. 281-285.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 285.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 286.

HITLER, NACIONALISMO E OCULTISMO

Adolf Hitler nasceu em Braunau-sobre-o-Inn, na fronteira norte da Áustria com a Alemanha. Com seis anos, segundo seu próprio relato, foi do coro e ajudou em missas no antigo mosteiro beneditino de Lambach, onde teve o ensejo de se “inebriar com a pompa magnífica das festas religiosas”. Desde cedo demonstrava seu interesse na arte, privilégio da “melhor sociedade”; porém, tendo fracassado nos estudos e, impossibilitado de frequentar a Escola de Belas Artes, encontraria na música de Richard Wagner³⁷ – especialmente durante sua juventude, já em Viena – um “meio de fugir à realidade”, cada vez mais tendendo a um estilo de vida que Joachim Fest definiu como “ocioso e sem objetivos” (teria assistido à ópera de Tristão e Isolda por trinta ou quarenta vezes). De fato, se o jovem Hitler “não podia deixar de fazer reparos a tudo de que se acercasse”, isto se devia às concepções que compunham sua *Weltanschauung*, e se “delineava esboços de teatros, castelos, galerias de arte, tinha idéias de uma bebida popular sem álcool, buscava soluções para um produto que substituísse o fumo, elaborava uma reforma da organização escolar” e se entregava “ao delineamento do arcabouço de um ‘estado alemão ideal’”, é pertinente verificar, mais adiante, quais ideologias lhe direcionavam a este pretenso modelo político.³⁸

A região de Linz, onde Hitler frequentara uma escola profissional, era impregnada do espírito doutrinário dos grupos nacionalistas. Nesta escola, os alunos exibiam ostensivamente na lapela uma escovinha, flor simbólica da germanidade, erguiam com entusiasmo as flâmulas com as cores do movimento unitarista alemão - preto, vermelho e ouro - e saudavam-se com um “*Heil!*” e cantavam o *Deutschlandlied* em lugar do hino imperial austríaco. Esta oposição nacionalista dirigia-se, sobretudo contra a dinastia, e se identificava com o Reich ‘protestante’ ao manifestar-se contra os officios religiosos e as procissões de Corpo de Deus.³⁹

Hitler também foi influenciado por Georg Ritter von Schönerer (cujo periódico, *Der Scherer*, publicava uma reprodução da cruz suástica) e seu movimento pangermanista austríaco, que visava reunir todos os alemães no seio de uma federação e preconizava a renúncia aos territórios não-alemães, pronunciando-se contra a existência

³⁷ A admiração de Hitler pela obra de Richard Wagner é fundamental para sua formação pessoal e para a consolidação e caracterização do movimento nacional-socialista. O caráter da influência de Wagner será discutido mais adiante.

³⁸ FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976. p. 15-29.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 37.

do estado plurinacional. Via o germanismo cercado de ameaças, representadas pelos judeus, pelo catolicismo romano, pelos eslavos e os socialistas, pela monarquia dos Habsburgos e por todas as formas de internacionalismo. Concluía sempre suas cartas com “saudações alemãs”, participava de toda sorte de manifestações destinadas a ressuscitar os costumes germânicos e recomendava o uso de um calendário alemão que teria fixado o início de nossa era no ano 113 a.C., data em que os cimbrós e os teutões exterminaram as legiões romanas na Batalha de Noréia. Hitler teria emoldurado e afixado na parede sobre a cabeceira da cama os axiomas pangermanistas: “A catedral da Germânia será construída sem a ajuda de Judá e de Roma. *Heil!*”. Pode-se perceber a diferença entre este pangermanismo austríaco da já mencionada Liga Pangermânica, que atuava no Reich e perseguia objetivos expansionistas e imperialistas, sob o *slogan* de uma ‘*Weltpolitik* alemã’. O Dr. Karl Lueger também exerceu influência notável sobre Hitler, que o admirava especialmente por seu virtuosismo demagógico e habilidade tática, pensando em termos pragmáticos enquanto desprezava as ideologias de que se utilizava – apesar de criticá-lo por seu anti-semitismo superficial e oportunista. Era considerado “conciliador, hábil e popular”, enquanto a intransigência de Schönerer suscitava inimizades poderosas que condenavam suas capacidades de ação. O sucesso de Lueger baseou-se na adesão de operários católicos, da pequena burguesia, empregados e funcionários mais modestos, pequenos comerciantes, porteiros, zeladores e párocos. Vale notar que tanto Schönerer quanto Lueger eram porta-vozes do anti-semitismo político-social e principalmente biológico (outro lema de Schönerer afirmava que “a religião pouco importa, é no sangue que se encontra a imundície”) e tiravam partido dos sentimentos de angústia atuantes em amplas camadas da população. Ainda em Viena, Hitler teria observado uma manifestação pública dos operários vienenses, impressionado pela imagem daquele “desfile sem fim em filas de quatro em quatro” e contemplou durante “quase duas horas e meia a imensa serpente humana que se estendia lentamente sob seu olhar”. Emocionado pelo efeito cênico do desfile, Hitler não faz qualquer referência à motivação política do acontecimento, ou às suas causas mais distantes. Segundo Joachim Fest, “eram os problemas teatrais que o preocupavam, enquanto o político, tal como ele o concebia, tinha, sobretudo, tarefas de encenação a cumprir”. Em certo sentido, o mesmo se pode dizer das contribuições apreendidas de

Richard Wagner e do efeito de “enfeitiçamento” de seus espetáculos que, segundo Fest, tinham “algo ao mesmo tempo do Walhalla, da revista musical e do ofício religioso”.⁴⁰

Uma carta escrita por Hitler durante os confrontos da Primeira Guerra Mundial, descrevendo um assalto a uma posição inimiga, conclui afirmando que “Após os sacrifícios e os padecimentos aceitos diariamente por centenas de milhares dos nossos, é preciso que o rio de sangue que corre a cada dia em nossa *luta contra um mundo internacional de inimigos* não seja em vão. Torna-se necessário que sejam destroçados não só os inimigos da Alemanha no exterior, mas também o nosso *internacionalismo interno*. Isto seria mais valioso que todas as conquistas territoriais. Quanto à Áustria, tudo se passará como eu sempre previ”. Como fica claro, neste momento seu alinhamento ideológico é consoante com a influência da corrente do pangermanismo austríaco, ou seja, “a Grande Alemanha deveria ser mais alemã do que grande”.⁴¹

Interessante também mencionar que Hitler, na obra *Mein Kampf* – que escreveria na prisão, depois de uma tentativa fracassada de golpe de estado em 1923 – traça um paralelo entre Lueger e Schönerer, mesclando elementos de ambos, quando afirmava que

Se o Partido Social-Cristão tivesse associado à sua compreensão das massas uma concepção mais justa do *problema das raças*, como fizera o movimento pangermanista, se enfim, se tornasse nacionalista, ou ao contrário, se o movimento pangermanista, com sua exata noção do problema judeu e da importância da idéia nacionalista, tivesse adotado a sabedoria prática do Partido Social-Cristão e sobretudo sua atitude em face do socialismo – então sim, nós teríamos contado com um movimento que teria conseguido, creio eu, desempenhar com êxito seu papel no destino dos alemães.⁴²

Quando da declaração de guerra, em 1914, Hitler também demonstrava o mesmo fervor geral em direção à guerra, ao afirmar que “aquelas horas foram como uma libertação das penosas impressões” de sua juventude e teria solicitado admissão num regimento bávaro. Fest narra que,

Reunida nas ruas e nas praças públicas, a multidão cantava em coro espontaneamente o *Deutschlandlied*, do revolucionário liberal de 1848 e durante muito tempo contestado Hoffman Von Fallersleben, que seria dali em diante o verdadeiro hino nacional. A frase pronunciada na

⁴⁰ FEST, Joachim, op. cit. p. 37-51.

⁴¹ Idem, ibidem, p., 73. Grifo meu.

⁴² Idem, ibidem, p., 44. Grifo meu.

tarde de 1º de agosto por Wilhelm II na praça do castelo real de Berlim – *Não conheço mais partidos nem profissões religiosas, para mim não há mais que irmãos alemães* – foi sem dúvida seu pronunciamento mais popular. Por instantes, ele fez cair as numerosas barreiras que, por tradição, dividiam de maneira profunda uma nação que sofria devido a suas próprias contradições. Alcançada havia apenas cinquenta anos, *a unidade alemã só pareceu concretizar-se naquele dia*. (...) Porque o sentimento de unidade apenas dissimulava aquilo o que parecia abolir. Sob a *imagem da nação reconciliada*, as antigas divergências subsistiram e a euforia geral era explicada por motivos os mais diferentes: sonhos utópicos, pessoais e patrióticos, impulsos revolucionários e lassidão, complexos anti-sociais de revolta, aspirações de hegemonia, enfim, como sempre acontece, o desejo inato dos homens atraídos pela aventura de escapar à rotina da ordem burguesa. Todas essas tendências se manifestaram ao mesmo tempo e, durante um sublime instante, levaram a crer que se tratava de um auto-sacrifício para salvar a *pátria ameaçada*.⁴³

No que se refere aos elementos de caráter místico e ocultista, Hitler teria estabelecido contatos ainda em Viena. Tornou-se leitor, por exemplo, da revista Ostara (nome da deusa germânica da primavera) editada pelo monge Jorg Lanz Von Liebenfels. Segundo Joachim Fest, Liebenfels adquiriu a fortaleza de Wertenstein e de lá - sob o estandarte da cruz gamada, hasteada em sua fortaleza em 1907 - expunha sua teoria da luta sangüinária entre os Asinge (heróis) contra os Äfflinge (sub-homens), propondo formar a vanguarda da raça dos senhores louros de olhos azuis, e substituindo a luta de classes dos socialistas pela luta racial, em que se deveria instituir uma seleção metódica, higiene racial e esterilização.⁴⁴

É neste sentido – principalmente das “doutrinas ocultas” – que Giorgio Galli⁴⁵ explica o “fundamento granítico” que compõe a visão de mundo de Adolf Hitler, a qual teria se formado neste período passado em Viena e Munique. Segundo o autor, Hitler teria se inscrito na Liga Anti-semita em 1908 e estabeleceria contato com Lanz Von Liebenfels a partir de 1909, nutrindo-se dessa atmosfera de superstições e mitos.⁴⁶

Galli aponta que Hitler e Rudolf Hess serviram no mesmo regimento bávaro, e sugere a possibilidade de terem se conhecido na linha de frente. A partir disso Hitler teria estabelecido contato com a *Germanenorden* (Ordem dos Germanos) e depois a Thule. Esta seria a explicação para a ascensão vertiginosa que Hitler percorreria, saindo

⁴³ Idem, *ibidem*, p., 67. Grifo meu.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁴⁵ A argumentação de Giorgio Galli procura ressaltar os diversos pontos de ligação entre a *Weltanschauung* nazista e os círculos ocultistas europeus, especialmente os que atuavam em territórios alemães, bem como o peso que suas concepções tiveram na tomada de decisões durante o período nazista.

⁴⁶ GALLI, Giorgio. *Hitler e o Nazismo Mágico*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, p. 97.

da indignância e chegando à liderança do partido em poucos anos: os contatos com os círculos ocultistas e sociedades secretas já haviam sido formados e, após a guerra, seriam apenas restabelecidos.⁴⁷

A Ordem dos Germanos foi promovida por Rudolf Von Sebottendorff que – filho de ferroviário e adotado em 1911 pelo barão Heinrich Von Sebottendorff – estabeleceu-se em Constantinopla em 1900 e obteve cidadania turca e uma formação cultural ligada ao sufismo islâmico, premissa dos estudos ocultistas e astrológicos.⁴⁸ Segundo Sebottendorf, “o islamismo não é uma religião coagulada, pelo contrário, a sua vitalidade é superior à do cristianismo”. Hitler teria apreendido esta visão favorável⁴⁹ em relação ao islamismo, explicada pela crença de que esta filosofia mantinha uma herança da tradição gnóstica, um “conhecimento verdadeiro” e, assim, se justifica a presença de uma divisão Waffen-SS composta por muçulmanos.⁵⁰

Em janeiro de 1918, Von Sebottendorff, já na Alemanha, passa a financiar o mensário “Runen”, e compra o “Münchener Beobachter”, que se tornará o diário do Partido Nazista sob o nome de “Völkischer Beobachter”. Em agosto do mesmo ano, a Ordem Bávara adota o nome de “*Thulegesellschaft*”.⁵¹

Tendo em consideração estas observações, é pertinente mencionar que o Partido Nazista derivou de outros movimentos, sendo um deles o *Deutsche Arbeiterpartei* (DAP, partido dos trabalhadores alemães⁵²) fundado em 1904, em Tratenau, Boêmia, que, segundo Giorgio Galli, “se apoiava fortemente nas leis alemãs do trabalho, de inspiração nacionalista, e cujo centro era Linz”. Anton Drexler – membro da Sociedade Thule⁵³ e ferroviário de Munique, capital da Baviera, no Reich alemão – mantém contato com o DAP e funda, em 5 de janeiro de 1919, um Partido dos Trabalhadores

⁴⁷ Idem, ibidem. p. 96-101.

⁴⁸ Idem, ibidem. p. 103.

⁴⁹ Idem, ibidem. cit. p. 132. A esse respeito, Hitler teria afirmado: “Confio apenas nos muçulmanos e em ninguém mais. Verdadeiros turcumanos, mas sim uma raça tipicamente caucásica, provavelmente até com algumas infiltrações de sangue nórdico. Por isso, não obstante todos os esclarecimentos quer de Rosenberg quer dos militares, não confio nem sequer nos Armênios. Considero as unidades armênias igualmente infíeis e perigosas. Os únicos de confiança são os maometanos puros”.

⁵⁰ ANGEBERT, Jean-Michel. *Hitler e as religiões da suástica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 219.

⁵¹ GALLI, Giorgio. op. cit. 104

⁵² Este partido boêmio assumiria o nome oficial de *Deutsche Nationalsozialistische Arbeiterpartei* (DNSAP) no verão de 1918.

⁵³ Em 1905, em Leipzig, é fundada a *Germanen-Thule-Sekte*, que antecipa a *Germanenorden* (Ordem dos Germanos, de 1913) e a *Thulegesellschaft* (Sociedade Thule, de 1918, nome dado à mítica Atlântida, pátria dos hiperbóreos), desta última, fizeram parte vários membros da cúpula nazista, tais como Rudolf Hess (que viria a ser o número dois do partido, e o terceiro na linha de sucessão, abaixo de Hermann Göring, em caso do desaparecimento de Hitler) e Hans Franck (futuro governador geral da polônia).

Alemães que, a partir de 24 de fevereiro de 1920, adotaria a denominação de *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP).⁵⁴

Galli afirma que parte dos conflitos internos (dos quais a mais pungente expressão foi o expurgo de 1934, a “Noite das Longas Facas”) seriam decorrentes das divergências quanto ao caráter “iniciático” daquele que se tornaria o Partido Nazista – se deveria manter a matriz ocultista restrita às elites ou se deveria direcionar o partido à iniciativa política, como partido de massas. Esta última tendência acabaria por predominar, sendo os demais grupos afastados ou sistematicamente eliminados.⁵⁵

Vale lembrar que a derrota alemã na guerra foi informada a Hitler pelo capelão do hospital onde se recuperava dos ferimentos, e se recusava a acreditar numa derrota militar, passando a buscar uma pretensa explicação do sucesso aliado: o esforço de guerra psicológica alemão teria sido insuficiente. Assim, pôs em movimento o repertório de conhecimentos acumulados durante sua juventude e traçou suas próprias linhas a respeito do assunto: a propaganda deveria se dirigir “unicamente à *massa*” e deveria concentrar-se “sobre alguns objetivos plausíveis a serem *repetidos sempre e sob a forma de slogans*”, devia apelar sempre “aos *sentimentos*, jamais à razão, e renunciar expressamente toda objetividade” e não deixar dúvidas acerca de sua “justeza de propósitos”, admitindo apenas claras e dualistas “noções de *amor ou de ódio*, de *direito ou de injustiça*, nunca sentimentos vagos”. Hitler assegurava que “toda tentativa de combater uma visão do mundo pela força está destinada a um fracasso definitivo, caso a luta não assuma a forma de um ataque em favor de uma *nova orientação espiritual*. É só no *confronto de duas visões do mundo* que a força bruta, usada com obstinação e sem contemplações, poderá consumir a vitória da causa que sustenta”.⁵⁶

A abordagem de Jean e Michel Angebert se refere a uma “nova gnose” de caráter racista, ou seja, um “conhecimento do passado do homem ariano” que, até então caído no esquecimento, seria recuperado e colocado em oposição à “fé dos católicos e à dos marxistas, recém nascida”, remontando à exaltação mística do Graal, particularmente nas obras *Parsifal e Lohengrin* do “gigante de Bayreuth”, Richard Wagner. Segundo eles, o emblema escolhido por Hitler – a suástica, ou cruz gamada – seria dotado de um significado esotérico, reatando, através desta escolha, com todas as religiões e todas as magias que se apóiam no simbolismo e adotando uma espécie de

⁵⁴ GALLI, Giorgio. *Hitler e o Nazismo Mágico*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, p. 22-37.

⁵⁵ Idem, *ibidem*. p. 102-110.

⁵⁶ FEST, Joachim. *op. cit.* p., 75-77. Grifo meu.

“hierarquia iniciática”⁵⁷ adaptada dos gnósticos e dos hereges cátaros medievais para o pensamento do século XX. Estes últimos fascinavam alguns membros da elite nazista, notadamente Alfred Rosenberg e Otto Rahn⁵⁸. Esta pesquisa não pretende discutir o grau de disseminação das crenças envolvidas ou o peso que possuíam na prática política do partido, mas dedica-se aos elementos de misticismo na medida em que tenham relevância pública, quer dizer, que sejam ostentados publicamente.⁵⁹

A obra de Richard Wagner foi fundamental no processo formativo de Hitler, sendo também possível afirmar que exerceu importante influência naquelas que se tornariam as manifestações públicas, do Partido Nazista. Wagner desde cedo “aprendeu grego, latim e a mitologia e história antigas”; a partir da leitura de Ésquilo, Sófocles e Shakespeare, marcou-se pelo gênio trágico. Aos vinte e três anos, torna-se chefe do Teatro de Riga e lá inicia sua primeira ópera, “Rienzi”, cujos temas – o ser inspirado que procura asfixiar as forças do mal, o espírito de luta e sacrifício, o culto do herói, visão histórica do mundo – iriam encantar o jovem Hitler. Mais tarde é aceito pelo Teatro de Dresden e continua a compor inspirado nas lendas e na poesia mítica de todos os tempos, das sagas nórdicas aos lendários ciclos do Graal.⁶⁰

A lenda de Lohengrin torna-se a primeira inspiração de seu ciclo de óperas referentes ao Graal. Assim resume Angebert:

O drama passa-se no século X, próximo de Angers. O Imperador da Alemanha, Henrique, o Passarinheiro, reuniu os senhores do país a fim de julgar Elsa, da família do duque de Brabante, acusada de ter morto o irmão para herdar a coroa. A acusação parece ganhar a causa, quando, de repente, surge um cavaleiro com um halo luminoso. Sua armadura de prata brilha intensamente. Faz-se transportar numa barca que desliza sobre as ondas, arrastado por um cisne branco, símbolo do conhecimento esotérico e da pureza. Lohengrin põe-se ao corrente da questão e escolhe advogar a causa de Elsa.

⁵⁷ Hierarquia composta por três grupos: os puros, casta detentora do “saber oculto”, associados pelos autores à cúpula nazista; os iniciados, minimamente instruídos nos saberes ocultos, ou seja, os membros do partido; e por último, a massa anônima.

⁵⁸ ANGEBERT, Jean-Michel. *Hitler e as religiões da suástica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 76-77. Otto Rahn era membro da elite nazista, e adepto da “corrente graalica hiperbórea”, segundo a qual o Santo Graal estaria escondido na região dos Pirineus. Rahn escreveu os livros “Cruzada contra o Graal” e “A Corte de Lúcifer na Europa” e teria realizado várias expedições para a região montanhosa no sul da França, que havia sido ocupada na antiguidade por druidas célticos e, no medievo, teria sido o refúgio do catarismo. Os autores investigam uma continuidade de pensamento entre estas culturas e o aspecto “gnóstico” da doutrina nazista. Vale recordar que Arthur Machen, também adepto desta corrente de pensamento, era membro do movimento britânico *Golden Dawn* (Amanhecer Dourado), movimento que teria estreitas ligações com a Sociedade Thule.

⁵⁹ ANGEBERT, Jean-Michel. *Hitler e as religiões da suástica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 35-36.

⁶⁰ Idem, *ibidem*. p. 173-177.

Derrota em combate o desleal cavaleiro Frederico, que cobiçava o trono e havia dirigido as infames acusações contra a jovem. Frederico e sua esposa, Ortrude, alma da conjuração, retiraram-se para longe meditando na vingança. Após inúmeras aventuras, que se tornaria longo narrar aqui. Lohengrin mata Frederico sob os olhos de Elsa, que deseja então conhecer a identidade do jovem cavaleiro. Ora, esse é um mistério que Lohengrin irá desvendar no fim do drama. “Num país distante – diz ele, inabordável –, existe um castelo de nome Montsalvat. Aí, um templo irradia a sua luz sobre toda a Terra; nada há de mais maravilhoso.” Em êxtase, o desconhecido revela o mistério do Santo Graal, oferecido pelos anjos aos homens puros e que concede aos iniciados fé, valentia e fortuna. “Portanto – grita ele com orgulho e altivez –, escutai vós todos a minha resposta. Sou o mensageiro do Santo Graal; meu pai, Perceval, possui a coroa; eu, Lohengrin, sou seu cavaleiro.”

A revelação é feita e Lohengrin deve partir. O rei, os nobres e a bela Elsa, arrependida, em vão procuram retê-lo. O seu destino tem de cumprir-se. O Santo Graal chama o seu mensageiro e o cisne reaparece sobre o rio conduzindo o frágil esquife. Vendo partir Lohengrin, Elsa cai por terra, desmaiada.⁶¹

Ora, Heinrich Himmler, o *Reichsführer-SS*, que se encantava pela mitologia germânica, criaria em 1936 uma sociedade dedicada à restauração dos monumentos históricos alemães, a fim de preservar os vestígios de períodos que correspondam à ideologia anti-cristã e anti-eslava. Presta culto ao rei Henrique I (876-936), “vencedor dos eslavos”, mencionado na lenda descrita. O chefe supremo das SS jura solenemente – no aniversário de sua morte, 2 de julho de 1936, vale lembrar – levar a cabo a missão oriental do rei dos saxões e, gradativamente, suas frases passam a adotar a fórmula “no caso, o Rei Henrique teria feito isto ou aquilo”. Heinz Höhne, que apresenta um estudo interessante a respeito da “Ordem Negra”, sugere que o *Reichsführer-SS* considerava-se uma reencarnação do personagem⁶²; Giorgio Galli confirma esta observação.⁶³

De fato, até o fim da guerra, Himmler⁶⁴ teria investido cerca de 13 milhões de marcos na restauração do castelo de Wewelsburg, na Wesfália (que datava do tempo dos hunos, tomado pelo cavaleiro Wewel Von Büren e reunindo todas as características da construção medieval), tornando-se efetivamente o centro espiritual das SS. Neste santuário seria realizada a instalação de apartamentos mobiliados, cada um em estilo

⁶¹ Idem, *ibidem*. p. 179-180.

⁶² HÖHNE, Heinz. *SS: A Ordem Negra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Laudes. 1970. p. 109

⁶³ GALLI, Giorgio. *op. cit.* p. 138.

⁶⁴ Deve-se observar que Himmler – nascido numa típica família burguesa, aspirando ascensão social e tendo como padrinho o príncipe Heinrich de Wittelsbach – absorveu através de seu pai o respeito incondicional aos antepassados e a concepção romântica da história. Assim, o jovem Himmler, ansiava por uma chance de provar sua bravura e virilidade num duelo, diante de seus companheiros, mesmo que esta prática fosse reprovada pela Igreja católica, da qual jurara nunca se afastar.

próprio e trazendo o nome de um personagem histórico celebre; uma biblioteca de 12 mil volumes e uma sala de reuniões e outra destinada ao tribunal superior SS. Os mortos seriam enterrados sob o coro da capela do castelo, à semelhança da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos. Em referência ao rei Arthur, não aceitava em seu círculo senão os doze “cavaleiros” (Obergruppenführer) mais corajosos, os quais participavam de sessões solenes de meditação⁶⁵, realizadas numa sala de 35 metros de comprimento por 15 de largura, sentados em volta de uma mesa de carvalho. Podem ser observados abaixo o salão, bem como o detalhe central do piso, cujo significado será explicado mais adiante.⁶⁶



Figura 1.

Deve-se ter em consideração que foi estabelecido um critério de ingresso nas SS, sendo o Serviço de Raça e Povoamento (*Rasse und Siedlungshauptamt*, RUSHA) o responsável por confirmar as características autenticamente arianas do candidato. Fascinado pela imagem do “homem ariano de cabelos louros e olhos azuis”, o Professor e *Hauptsturmführer*-SS Bruno K. Schulz se encarregaria da elaboração de um sistema

⁶⁵ ANGEBERT, Jean-Michel, op. cit. p. 69. Segundo os autores, as meditações referiam-se à mística biológica, à moral da honra, ao mito espiritual do sangue e a outros temas “gnósticos dualistas” caros aos mencionados círculos nazistas.

⁶⁶ HÖHNE, Heinz. op. cit. p. 108-109.

de valores mensuráveis utilizável pela comissão racial. Certamente o aumento das pressões da guerra e a necessidade prática de colocar mais combatentes na linha de frente iriam impedir a recusa sistemática de pessoal tecnicamente capaz.⁶⁷

Deve-se lembrar também que Walther Darré, o profeta da mística do *Blut und Boden* (“Sangue e do Solo”), exerceria grande influência no partido, chegando a ser o chefe da RUSHA, já que conseguira a confirmação “científica” de que “a agricultura não é um problema econômico, mas uma questão de sangue”, ou seja, a certeza de que o campesinato é o “fundamento” do povo alemão e a “única garantia de um sangue puro”. Caberia ao Estado fazer crescer estas bases com projetos de colonização e multiplicação de nascimentos, paralisando a migração para as cidades.⁶⁸

A admissão se dava sob a luz de tochas “à meia noite, em frente à Feldernhalle, em Munique, onde os jovens “cheios de seriedade, dignidade e vestidos em seu uniforme impecável” prestavam seu juramento de lealdade, revestido de um cerimonial solene: “A ti, Adolf Hitler, Führer e chanceler do Reich, presto juramento de fidelidade e de coragem. Eu te juro, a ti e aos chefes por ti designados, obediência até a morte. Que Deus seja testemunha”. Heinz Höhne esclarece que o ciclo probatório não se encerrava com o juramento do aspirante à SS geral (*Allgemeine-SS*), que se dava no dia 20 de abril. Antes de entrar em funções, em 1 de outubro, deverá passar por provas esportivas e aprender o “catecismo SS”, uma “liturgia hitlerista” composta por perguntas e respostas:

Pergunta: Por que acreditamos na Alemanha e no Führer?

Resposta: Acreditamos na Alemanha porque acreditamos em Deus, que criou a Alemanha no mundo e que nos enviou um Führer para dirigi-la.

Pergunta: A quem devemos servir em primeiro lugar?

Resposta: Estamos a serviço do nosso povo e do nosso Führer Adolf Hitler.

Pergunta: Porque obedeces?

Resposta: Por convicção, porque minha fé pertence à Alemanha, ao Führer, ao Partido, à SS; e por lealdade.⁶⁹

O aspirante deveria então passar por um estágio na Arbeitsdienst e na Wehrmacht, jurar a observância dos regulamentos sobre o casamento, respeitando os critérios raciais e não se casando sem a aprovação oficial da RUSHA ou de Himmler.

⁶⁷ Idem, ibidem. p. 105.

⁶⁸ Idem, ibidem. p. 47.

⁶⁹ Idem, ibidem. p. 106-107.

Só então, após ser mergulhado no espírito de corpo SS, o aspirante seria finalmente integrado às *Schutzstaffeln*, recebendo o punhal SS. Pode-se acrescentar a este quadro que o juiz Scharfe das SS proclama que “nenhuma outra jurisdição poderá julgar um membro da Ordem”, reforçando o caráter singular da organização. O *Reichsführer*-SS institui que todo membro é autorizado a bater-se em duelo (com as armas escolhidas pelo adversário) contra um membro da Ordem pelo qual se julgue insultado. A defesa da honra através das armas torna-se um direito feudal restaurado e, como se pode ver, o objetivo era efetivamente o desenvolvimento de uma hierarquia particular, uma mentalidade, um código de honra.⁷⁰

Segundo Angebert, é em Parsifal que Richard Wagner revela o “segredo do conhecimento infinito”, a “chave de ouro puro que abre todas as portas”: Parsifal é um adolescente de origem nobre, cuja mãe manteve na ignorância das “coisas de cavalaria”. O “instinto guerreiro” de Parsifal o faz desejar ser um cavaleiro de verdade. A morte de um cisne com uma flecha inicia o ciclo das revelações e, no meio dos prodígios, Parsifal chega à assembléia de cavaleiros. O rei Amfortas, que guarda o Graal, caiu em pecado: o mágico Klingsor envia-lhe Kundry – uma mulher de beleza irresistível – e Klingsor fere o rei com uma lança, causando-lhe um mal incurável. O vaso sagrado deve, portanto, mudar de mãos para evitar qualquer mácula. Parsifal ignora que o Santo Graal é o “vaso de esmeralda em que Jesus celebrou a Última Ceia e onde José de Arimatéia recolheu o sangue de Cristo”, mas está destinado a substituir Amfortas em seu reino espiritual. A mágica invocada por Klingsor tenta seduzir Parsifal e, quase vencido pela beleza da mulher, o jovem foge de seus braços, sentindo a queimadura no coração: é a volúpia, a mãe das dores. Então Klingsor aparece e atira contra Parsifal a lança sagrada que ferira Cristo, mas, reconhecendo um puro, pára no meio de sua trajetória. Rapidamente o mágico e seu Castelo da Perdição, apenas diabólicas ilusões, desmoronam-se com grande estrépito; Kundry, arrependida, é recolhida por um ermitão. Então surge Parsifal, um cavaleiro vestido de armadura negra, sendo sagrado rei do Santo Graal e, tocando com a lança sagrada o ferimento do rei, este é curado instantaneamente.⁷¹

O *Reichsführer*-SS teria publicado num artigo de 1936: “Cada um de nós sabe que não está sozinho e que esta força terrível de duzentos mil homens, ligados pela *fé do juramento*, dá-lhes um poder incalculável. Guiados por leis inalteráveis, nós estamos

⁷⁰ Idem, *ibidem*. p. 104-107.

⁷¹ ANGEBERT, Jean-Michel, *op. cit.* p. 181-183.

unidos e *marchamos* na direção do futuro. Formamos uma comunidade indissolúvel. (...) Uma ordem nacional-socialista militar composta de homens de origem nórdica.(...) antepassada das gerações futuras e indispensáveis à existência eterna do povo alemão”.⁷² Seria lícito supor que Himmler pretende que sua nova “Ordem Teutônica” que se lança na luta em defesa da Alemanha diante dos “povos inferiores” – vestida de preto – inspira-se no significado do cavaleiro Parsifal e se pretende espiritualmente, ou seja, racialmente “pura” como o personagem da lenda. A realidade, no entanto, era diversa: Ernst Von Salomon de 1930, descreve as qualidades dos livres-combatentes como um “gosto por qualquer combate contra as massas e contra adversários armados ou não, um desprezo absoluto pela vida alheia e pela própria, o hábito de não fazer prisioneiros”, descrição essa que, dez anos mais tarde, como assevera Heinz Höhne, seria perfeitamente aplicável à prática das SS.⁷³

A *Tetralogia dos Nibelungos*, obra máxima de Wagner, compõe uma festa cênica para três dias e uma tarde, e ressuscita a lenda heróica dos germanos, em que a personagem central é Siegfried, o qual concentrou sobre si a “radiação solar dos deuses arianos” e diante do qual “os próprios deuses empalidecem e entram no crepúsculo da noite sombria”. Odin, deus setentrional do combate, símbolo da coragem viril, reina sobre o mundo divino; suas nove filhas cavalgam as tempestades – as Valquírias – e recolhendo as almas dos guerreiros caídos nos campos de batalha. Os deuses travam uma guerra perpétua contra a raça dos gigantes e dos anões, pólos da humanidade e revelando um “apelo às forças da raça”. Siegfried, herói sem medo, de cabelos louros, mata o dragão Fafnir, apoderando-se do famoso anel mágico e, sucumbindo à paixão terrestre, descobre o amor com Brunilde. Teria sido instruído pelas Valquírias sobre o sentido das mensagens rúnicas sagradas mas, ingênuo, acaba vítima de uma emboscada, armada por Hagen, personagem diabólica.⁷⁴

Assim, com esta “arte elevada ao nível de religião”, Richard Wagner oferece o alicerce para a composição do que se tornará a *Weltanschauung* de diversos membros da elite nazista; uma visão de mundo baseada na mística da pureza do sangue e do culto aos mitos, tornando-a alheia à base do cristianismo.⁷⁵

Hitler (juntamente com Drexler e Gottfried Feder) elabora o programa do NSDAP, estabelecendo como seu símbolo – numa bandeira vermelha arrebatada aos

⁷² Idem, ibidem, p. 275.

⁷³ HÖHNE, H. op. cit. p. 51.

⁷⁴ ANGEBERT, Jean-Michel, op. cit. p. 184-187.

⁷⁵ Idem, ibidem. p. cit. p. 182.

comunistas, colocando sobre o símbolo da foice e do martelo, em campo branco⁷⁶ – a cruz gamada, símbolo que era conhecido e utilizado pelos já mencionados *Freikorps*.⁷⁷ Segundo Angebert, os símbolos rúnicos – denominados *reginnkunnar*, que se traduz por “nascidas dos deuses”⁷⁸ – têm uma dupla natureza: como representação gráfica, são um veículo do pensamento e da linguagem; como desenho, são dotados de um sentido sagrado. Os autores explicam que as runas eram utilizadas em cada ato importante da vida, exercendo uma influência benéfica e protegendo os homens dos sortilégios e malefícios.⁷⁹ Apesar das perseguições decorrentes da expansão do cristianismo, seu significado mágico não deixou de ser recuperado pelas elites nazis, especialmente às *Schutzstaffeln* (“tropas de proteção”), cujo símbolo institucional era um “SS” estilizado como um “duplo raio”, representado a partir da runa nórdica da vitória⁸⁰, “*Sieg*”. Cada divisão do ramo combatente (as *Waffen-SS*) possuía um emblema que, frequentemente, eram compostos por símbolos rúnicos ou outras referências lendárias. A obra de John Keegan traz em suas últimas páginas a representação dos vários emblemas. Algumas delas são interessantes para este estudo.

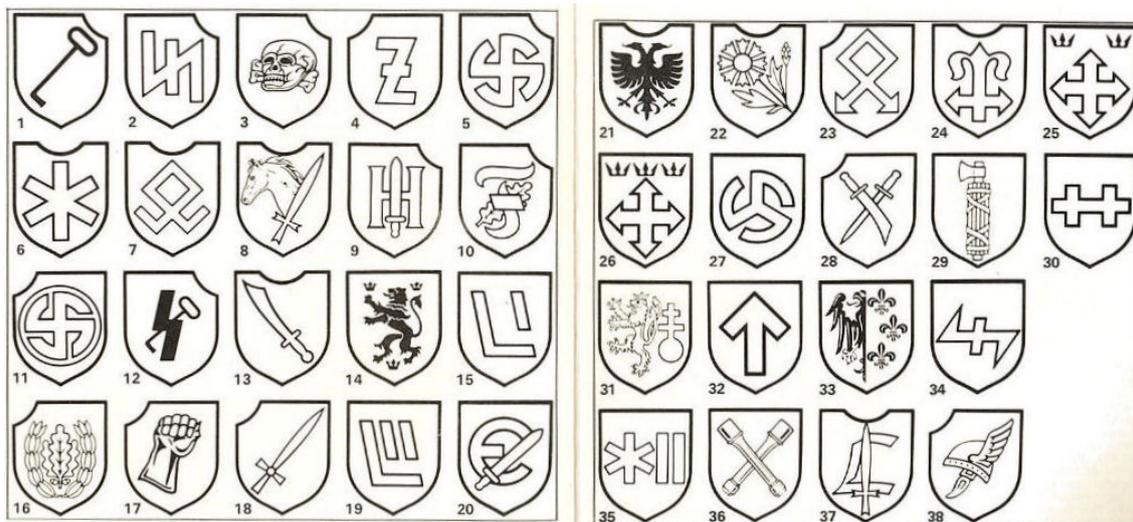


Figura 2.

Primeira divisão *Waffen-SS*, nomeada “*Leibstandarte SS Adolf Hitler*”, cujo nome significa “guarda pessoal”, tem como insígnia uma chave ou uma “gazua”, que

⁷⁶ GALLI, G. op. cit. p. 111.

⁷⁷ Idem, ibidem. p. 110.

⁷⁸ ANGEBERT, Jean-Michel, op. cit. p. 75.

⁷⁹ Idem, ibidem. p. 257-264.

⁸⁰ KEEGAN, John. *Waffen SS: Soldados da Morte*. RJ: Renes, 1973. p. 155.

faz trocadilho com o sobrenome de seu comandante, o Gruppenführer Joseph *Dietrich*, que significa precisamente “gazua”, em alemão. Pode-se considerar que a divisão de Dietrich iria “abrir caminho” seguramente diante de qualquer vicissitude, especialmente se considerarmos a referência nazista ao mito de Parsifal, que menciona a “chave de ouro” do conhecimento da superioridade racial alemã. Seria lícito pensar que a Juventude Hitlerista “abriria caminho” a uma “nova era”, já que a décima segunda divisão, chamada *Hitlerjugend*, é representada pela “chave” e a já mencionada runa “Sieg”, da vitória.

Entre as outras unidades cujos emblemas são rúnicos, podem ser mencionadas: a 2ª divisão, *Das Reich* (O Império, ou A Nação), com a runa do combate; a 4ª divisão, *Polizei* (“Polícia”), com a runa do lobo; a 6ª divisão, *Nord* (Norte), com a runa Hagel, da vida e da morte; a 7ª, *Prinz Eugen* (Príncipe Eugenio de Savóia, 1663-1736), com a runa de Odal; a 23ª, *Nederland* (Países Baixos), com uma runa de Odal farpada; a 32ª, *30 Januar* (30 de Janeiro, em comemoração à posse legal de Hitler como Chanceler do Reich, mas que os nazistas denominavam “heroicamente” como “tomada do poder”), com a runa Tyr; a 34ª, *Landstorm Nederland* (milícia dos Países Baixos), com a runa do lobo, característica do fascismo neerlandês; e a 35ª *Polizei* (segunda divisão policial), com a runa de Hagel e um número 2 estilizado. É interessante notar ainda que a 38ª divisão, *Nibelungen* (faz referência aos guardiães do Ouro do Reno e fiéis companheiros de Siegfried), é representada por um capacete teutônico.⁸¹

A 5ª divisão, *Wiking* (referência ao povo vikings), é representada por uma suástica circular, bem como a 11ª divisão, *Nordland* (Terra Nórdica), com a suástica posta dentro de uma circunferência e a 27ª divisão Langemarck (cidade no Flandres, palco de sangrenta batalha na primeira guerra mundial, em que foram aniquilados pelos britânicos grandes contingentes de estudantes alemães voluntários e tida como uma tradição alemã de patriotismo e heroísmo) consiste numa roda solar com três raios.⁸²

A cruz gamada, ou suástica, comumente encontrada na forma circular – ou seja, com os raios arredondados, como a simular uma circunferência – representa a “roda solar”. Esta forma em especial representa “a luz, a alegria e a vida em marcha para a perfeição”, daí ser considerada um amuleto que trazia a felicidade. A suástica pode ser entendida também como uma “cruz do movimento”. A imagem gravada no centro do salão do já mencionado castelo de Wewelsburg remonta à esta representação da roda

⁸¹ KEEGAN. J. op. cit. p. 150-156.

⁸² Idem, ibidem. p. 155-156.

solar, em outra variação. A seguir, pode-se observar a imagem de uma encenação realizada pela Juventude Hitlerista, reproduzindo a “roda solar”.⁸³



Figura 3.

A descrição de Louis Bertrand, acadêmico francês, de uma das manifestações religiosas do III Reich em Nuremberg traduz o efeito que se pretendia produzir:

No centro desta esplanada gigante, inteiramente coberta por tropas em armas, uma avenida larga como o leito de um rio que se perde, ao longe, no horizonte... De repente, uma orquestra wagneriana invisível ocupa o espaço com sonoridades triunfais: é a Marcha dos Nibelungos... E eis que do fundo da pradaria, no início da avenida que conduz à tribuna do Führer, uma faixa purpúrea se ergue tal como a que anuncia o Sol no céu matinal. São vinte mil estandartes que se agitam. Ritmada pela música triunfal, a maré sobe, desdobra-se em vagas que se espalham numa vasta toalha vermelha, parando bruscamente num único movimento. E, também num só movimento, os vinte mil estandartes erguem-se quais grandes flores vermelhas e baixam-se numa saudação unânime à minúscula silhueta em camisa negra, apenas discernível, no alto da tribuna, e que representa o mestre da Terceira Alemanha... Interrogo-me: qual o soberano, qual o herói nacional que tenha sido tão aclamado, adulado, querido e idolatrado como este homem, este pequeno homem em camisa que, seguido do seu séquito, como um soberano, tem sempre o ar de

⁸³ ANGEBERT, Jean-Michel. op. cit. p. 258

operário. É algo de diferente da popularidade, é *a religião*. Hitler, aos olhos dos seus admiradores, é profeta, participa da divindade.⁸⁴

A abordagem de Jean-Gerard Bursztein esclarece os mecanismos psicológicos que atuaram na construção do quadro em que se encontrava a Alemanha durante o período de Weimar (e que permitiu a ascensão do nazismo), por ele definido como uma “psicose social”. Segundo o psicanalista, o laço social da civilização – ou seja, as estruturas culturalmente construídas que permitem o funcionamento normal da civilização – teria sido rompido e, perdendo todas as referências anteriores, formou-se uma atmosfera de nostalgia, uma “sede de ilusão”. O fortalecimento da corrente política nazista se explica, portanto, através da paixão nacionalista, que fornecia a matéria comum para o suposto “objeto de gozo comum” inexistente. O nazismo propunha em seu discurso e em suas práticas, uma participação nesse objeto de ilusão política. A ilusão política consistia precisamente no mito da pertinência a uma raça superior, destinada a dominar a terra: uma “promessa inaudita de gozo”, sob a forma de um delírio.⁸⁵

Segundo o próprio Hitler, “a noção de raça” deveria conduzir sua revolução até o estabelecimento de uma “nova ordem no mundo”, ou seja, pretendia fazer reviver a unidade mítica primeira, o *Volk*, e, abandonando a aquisição simbólica representada pelo direito romano como fundamento de uma civilização, estabelecia um novo direito, o da raça. Bursztein identifica um “conteúdo edípiano cifrado”, na forma da ilusão oferecida pelas festas organizadas pelo Partido. Para fazer face ao desencantamento do mundo moderno, instituía-se uma fantasia incestuosa representada pela reunião da nação. Neste sentido, o conceito de “hipnose coletiva” se enquadra, enquanto identificação histórica inconsciente: na multidão *inflamada* por Hitler, cada um se identifica ao desejo de seu vizinho graças a um mesmo ideal comum, suposto portador de um objeto de grande valor: o poder atribuído ao chefe.⁸⁶

Conhecedor destes mecanismos psicológicos, Hitler sabia que “quanto mais rica a mistura de ingredientes humanos – camponeses operários, funcionários – mais o amálgama assume o caráter típico de uma massa desindividualizada”. Assim, por meio da propaganda, as massas foram levadas à exaltação da vontade, encarnada na figura do

⁸⁴ Idem, *ibidem*. p. 37.

⁸⁵ BURSZTEIN, Jean-Gerard, *Hitler: a tirania e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998. p.10-15.

⁸⁶ Idem, *ibidem*. p. 30-38.

Führer e, tomados de uma “devoção fanática”, todos participaram desse sonho mágico de um feixe – fascismo – de vontade. Explica então a dupla função da construção mitológica: “uma função de participação no gozo incestuoso, sob a forma de uma identificação imaginária, permitindo assim ao sujeito escapar ao mal-estar da castração e ao desencantamento do mundo, característico do tempo presente, e uma função de suporte do desejo, sob a forma de uma identificação simbólica a um traço paterno, a pátria”.⁸⁷

Neste sentido, Jean-Michel Angebert esclarece que o povo alemão, ou seja o *Volk*, deve ser entendido diferentemente do conceito de “conjunto de cidadãos enquanto corpo político”, como seria o povo (*peuple*) francês. O *Volk* alemão é efetivamente místico e biológico, essencialmente diferente de uma soma de indivíduos, “um fato natural que tem valor e vida próprios”. Hitler então assume o papel de “mediador místico-biológico”⁸⁸, falando em nome do *Volk*, e o partido atual, tal como uma “Igreja, uma comunidade de adeptos” – uma espécie de religião cuja base mítica consistia na deificação do sangue e da raça e cuja influência teleológica dirigia o desenvolvimento histórico.⁸⁹

Bursztein ressalta que, a fim de manter essa maneira “incestuosa e mítica” de imaginar a pátria, o nazismo precisava transmitir a imagem de um “corpo sadio” para a nação, cuja exaltação constante seria necessária.⁹⁰

Assim, pode-se é pertinente buscar a origem do corporativismo, que será discutida mais adiante. Ainda que o processo histórico brasileiro possua suas especificidades, é pertinente investigar os fatores que condicionaram a cena política e a conduziram ao Estado Novo, regime ditatorial instituído a partir de 1937, e que contava com diversas características análogas aos regimes fascistas europeus.

⁸⁷ Idem, *ibidem*. p. 41 e 71-72.

⁸⁸ De maneira semelhante, Robert Paxton explica que os líderes fascistas extraíam sua legitimidade do *carisma*, uma misteriosa comunicação direta com o *Volk* ou com a *razza*, que dispensa mediação de padres ou chefes partidários; baseado na reivindicação de um *status* único e místico, colocando o líder como a encarnação da vontade do povo e portador do destino desse povo.

⁸⁹ ANGEBERT, Jean-Michel. *op. cit.* p. 265-267.

⁹⁰ BURSZTEIN, Jean-Gerard. *op. cit.* p 72.

O BRASIL E O CATOLICISMO

Assim, deve-se considerar que, com o fim do Império e a separação entre Estado e Igreja, a liderança eclesiástica nacional permanecera desestruturada, já que o papel era desempenhado pela figura do Imperador. O enfraquecimento das oligarquias faria com que a Igreja tivesse sua influência diminuída ainda mais entre as elites, as quais se voltariam para outras visões de mundo, oferecidas pelo liberalismo, protestantismo ou positivismo. O poder, que anteriormente se baseava na implícita delegação do poder aos senhores que impunham aos escravos a religião católica, fazendo-os batizar e participar, vez por outra, da missa e das festas religiosas, passa a não apoiar-se mais na Igreja em busca de legitimidade. Antes, parte da estrutura do Estado e considerada instância geradora dos valores da sociedade, a Igreja passa a representar – especialmente para liberais e positivistas – uma instituição “anticientífica e irracional, contrária ao progresso e à modernização”.⁹¹

As diversas revoltas camponesas contra a nova ordem buscam na religião seu ponto de partida e sua força de aglutinação; no entanto, a Igreja condena o fanatismo religioso de Conselheiro, bem como toda subversão em geral, apoiando a repressão que seria empreendida pelo Estado e buscando sua aceitação. Ao ser repelida a possibilidade de uma aliança entre a Igreja e o povo, os grupos despossuídos – principalmente a nascente classe operária – passam a buscar sua visão de mundo no anarquismo e no socialismo.⁹²

Enquanto em outras regiões o grande proprietário continua apropriando-se da religião e sendo o elo obrigatório entre a Igreja e a massa rural, nas regiões de imigração italiana e alemã os vínculos entre os religiosos e as oligarquias não eram históricos, já que seus sacerdotes vinham diretamente da Itália, da Alemanha ou da Polônia. Nas elites intelectuais deste catolicismo europeizado, especialmente entre aqueles abalados pela guerra e pelo fim do mito do progresso, a Igreja reúne entre os convertidos diversos homens de letras, homens de Estado, diplomatas e científicos. Assim, a estratégia da Igreja passa a ser “cristianizar as elites”, para que estas “cristianizem” o povo, o Estado e a Legislação, no que o autor caracteriza como uma “reforma pelo alto”. Estabelece-se

⁹¹ BEOZZO, José Oscar. Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira. Boris Fausto. São Paulo, SP: DIFEL, 1984. Volume 4. Tomo III. p. 276-277.

⁹² Idem, *ibidem*. p. 277-278.

então um conflito entre a doutrina do clero e as devoções populares, que pode ser representado também como um conflito entre uma pauta luso-brasileira vivida pelo povo, enquanto o clero procura levar adiante uma pauta europeizante e romanizante.⁹³

A candidatura de Getúlio Vargas atrai o alinhamento da Igreja no Rio Grande do Sul, sendo interessante mencionar a conclusão do sermão do arcebispo Dom João Becker:

Falta-nos na suprema direção da Pátria um *novo Moisés* que tenha a audácia cívica de escolher a N. Senhor Jesus Cristo, para guia da Nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira. Quem o será? Como todos os Estados o RS tem o direito inconcusso de apresentar seu candidato, como o fez. Eu quisera, como todos os presentes o desejam, que este *Moisés regenerador* da República surgisse do meio do heróico povo gaúcho, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as bênçãos da Igreja e as aclamações de todos os rio-grandenses e todos os brasileiros, realizasse esse *sublime ideal da grandeza e felicidade do Brasil*.⁹⁴

Diante da revolução, o governo Central apresenta-a como comunista e desordeira e o arcebispo Dom Becker condena a difamação, afirmando que a revolução tem “caráter puramente político, está completamente alheia ao comunismo, cujas doutrinas e perversas práticas repele com energia”, ressaltando que “o sentimento religioso anima e fortalece nossos soldados”, e procura tranquilizar Dom Sebastião Leme, no Rio de Janeiro, com um telegrama garantindo que “a revolução não tem caráter comunista, mas exclusivamente político”. Ao contrapor político a comunista, o arcebispo pretende negar a outra face da revolução, que inclui as crescentes reivindicações sociais das classes que se assomam. Havia uma secreta esperança de que a mudança política levasse a uma alteração da situação da Igreja na sociedade brasileira e com o Estado. Formam-se o Centro Dom Vital, que encarna a luta contra o liberalismo, e o Instituto Ozanam, que simboliza a luta contra o comunismo.⁹⁵

A 19ª Carta Pastoral de Dom Becker, de 13 de setembro de 1930, faz um apelo às Forças Armadas, às classes conservadoras - cuja existência se ameaça destruir -, aos poderes públicos, aos fazendeiros, aos intelectuais, à imprensa para que se defendam contra “a onda vermelha que no seu advento os pretende destruir”, e para que as dignas classes operárias, “tão livres e tão pacíficas”, não se deixem iludir. Fica claro que em

⁹³ Idem, *ibidem*. p. 278-280.

⁹⁴ Idem, *ibidem*. p. 287-288. Grifo meu.

⁹⁵ Idem, *ibidem*. p. 288-290.

sua luta por alterar seu papel na sociedade, a Igreja passa a prestar seu concurso espiritual e ideológico ao fortalecimento do Estado e do bloco de classes dominantes, face à ascensão política das classes subalternas. No plano político, a criação do Ministério do Trabalho soma-se às investidas que visam neutralizar a capacidade de uma política autônoma da classe operária.⁹⁶

Outra mudança curiosa envolve a questão do padroeiro principal do Brasil, que era, até então, São Pedro de Alcântara, protetor da casa reinante, cujo culto era de escassa penetração popular. Em contrapartida, a capelinha de Nossa Senhora de Aparecida havia se tornado um dos santuários de maior devoção popular do país. Tirada das águas do Paraíba, por pescadores, a imagem e o primeiro oratório não pertenceram a nenhum membro da classe dos grandes proprietários e senhores de escravos – prática comum no Brasil colonial, em que as capelas eram construídas pelos senhores de engenho. Além disso, a imagem era de uma virgem negra, remetendo à construção do país inteiramente pelo suor de escravos, agrilhoados por quase quatrocentos anos a um sistema brutal de produção e de relações de trabalho, discriminados pela condição de escravos e pela cor da pele.⁹⁷

Este “capital espiritual”, esta fidelidade à Mãe de Deus, foi utilizado várias vezes em benefício dos interesses da hierarquia eclesiástica e da ideologia das classes dominantes, sendo apresentada como a melhor barreira contra o comunismo no Brasil. Em 31 de maio de 1930 a imagem chega ao Rio de Janeiro e uma procissão percorre as ruas até a Esplanada do Castelo, onde o cardeal consagra o país à Virgem da Conceição Aparecida. Paralelamente à centralização e modernização do Estado, ocorre a unificação espiritual do povo brasileiro.⁹⁸

A encíclica “Quadragesimo Anno” – publicada em 1931, em comemoração aos 40 anos da *Rerum Novarum* – denuncia o “despotismo econômico” na mão de poucos, afirmando que a livre concorrência matou a si própria, e que “à liberdade do mercado sucedeu a ditadura econômica”. O papa Pio XI também rejeita todo o socialismo, mesmo em sua forma mitigada, que professa abster-se da violência, pois considera-o como uma “aberração” inconciliável com a doutrina católica, já que concebe a

⁹⁶ Idem, *ibidem*. p. 290-293.

⁹⁷ Idem, *ibidem*. p. 294-295.

⁹⁸ Idem, *ibidem*. p. 296.

sociedade de modo completamente “avesso à verdade cristã”. A cristianização da vida social e econômica seria a única solução para os males.⁹⁹

O papa também elogia o corporativismo fascista que, através do monopólio do sindicato e da proibição de greves, torna “pacífica a colaboração das classes”, reprimindo as “organizações e violências socialistas” e permitindo a ação moderada da magistratura especial. Juntamente com as encíclicas, o molde corporativo do fascismo italiano será inspiração para Oliveira Viana, primeiro consultor jurídico do Ministério do Trabalho, não deixando espaço para influências socialistas. Vale lembrar que as “encíclicas sociais” fizeram com que muitos dos católicos que se opunham ao Estado Novo passassem a apoiar sua atuação no campo social. Em 1935, a Lei de Segurança Nacional, com seu artigo 14, “possibilitava entender como crime a simples percepção de que a sociedade se constituía em classes com interesses opostos”, e o Estado de sítio, que será renovado sucessivamente até 1937, sob pretexto de combate ao comunismo.¹⁰⁰

Maria Helena Capelato explica que o levante comunista de 1935 faz com que os valores do cristianismo não encontrem mais resistência; a fé passa a ser enaltecida como o sustentáculo da ordem, já que a razão finita não mais bastava. Reforça-se o combate ao materialismo, ao utilitarismo e ao pragmatismo, sem que seja abandonada a idéia de progresso. Getúlio Vargas “incorpora a magia, o intuitivo, a profecia e a predestinação”, mas também o “espírito de racionalidade, planificação e previsão” e seus discursos enfatizam a fé e a crença no futuro. Assim, o “Estado orgânico” personificava a nação e absorve todos os valores: a religião, a justiça, a ciência, os costumes.¹⁰¹

Ficam assim esboçadas as implicações do alcance e da influência do catolicismo no Brasil, inclusive no campo político, social e econômico. Vale lembrar que Getúlio Vargas atuou em paralelo com aqueles que formariam o movimento integralista, sendo que a argumentação de ambos os lados (Integralismo e Estado Novo) tinha como inspiração as encíclicas papais e o corporativismo. A fim de compreender esta tripla intersecção ideológica, é pertinente trazer à discussão algumas das idéias defendidas pelos integralistas.

Gustavo Barroso, ideólogo integralista, traçou um paralelo entre os diversos movimentos de caráter fascista ao redor do mundo, afirmando que há princípios doutrinários “superiores às raças e nacionalidades” e, entendendo o fascismo como uma

⁹⁹ Idem, *ibidem*. p. 311-312.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*. p. 312-315.

¹⁰¹ CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 217-230.

“doutrina de caráter universal”, alinham-se todos no campo espiritual como “reações do espiritualismo contra o materialismo, do nacionalismo contra o internacionalismo, do idealismo cristão contra o judaico-puritano”; no terreno econômico, afirma que são reações contra a “especulação, e o capitalismo absorvente”; no terreno social, são contra “as doutrinas unilaterais do século XVIII e XIX, o liberalismo e o comunismo”; e no terreno moral são “reações do nobre sentido de trabalho honesto e sacrifício do cristianismo contra o sentido de gozo material e de utilitarismo sem honra da burguesia judaizada e paganizante”. O ideólogo também ressalta os pontos de divergência em relação às “circunstâncias e realidades próprias de cada nação ou povo” e explica que o fascismo de Mussolini se inspira na tradição romana e, em virtude de sua concepção de Estado e do homem, reveste-se de um “caráter cesáreo e pagão”, enquanto o nazismo alemão, que se fundamenta na tradição racial nórdica, na “pureza da raça ariana e no exclusivismo racial”, toma um “feitio odínico”. O “fascismo brasileiro”, ao contrário, possui um corpo de doutrina “mais perfeito”, pois sua concepção de mundo contém “maior dose de espiritualidade”.¹⁰²

Ao exaltar o movimento de caráter fascista que opera em França, Barroso afirma que “os francistas são mais do que franceses”, traçando o perfil dos inimigos comuns a serem combatidos por todos os movimentos fascistas:

*Os Francistas pensam em francês na hora em que certos operários pensam em russo, certos intelectuais pensam em grego, certos franceses admiram tanto a antiga Roma que preferem César ao seu glorioso adversário, Vercingetorix, defensor do solo pátrio, e em que outros, enfim, pensam como judeus, o que é o cúmulo do abastardamento moral.*¹⁰³

Tal posicionamento nacionalista deixa transparecer os sistemas “estrangeiros” que são repudiados igualmente por francistas e integralistas, representados pelo “pensar em russo” (comunismo), “pensar em grego” (democracia), “preferir César” (República, de origem romana) e, por fim, tido como o “cúmulo do abastardamento moral”, o “pensar como judeus” (liberalismo/internacionalismo).

Alcir Lenharo esclarece que no Brasil o Conselho de Imigração e Colonização debate a controvérsia a respeito da imigração de judeus e Arthur Hehl Neiva mostra-se contrário a restrições, sob o argumento de que esse grupo já vinha se diluindo no

¹⁰² BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1936. p. 14-17.

¹⁰³ Idem, *ibidem*. p. 103.

melting-pot durante o processo de formação brasileiro e, como o brasileiro nunca fora anti-semita, não via razão para *importar* o preconceito racial ou de fazer “distinção entre brancos”, afirmando que “o judeu é branco”.¹⁰⁴

De fato, apesar de a “mitologia” da formação do “povo” brasileiro não se basear no “exclusivismo racial” tal como ocorreu na Alemanha, deve-se levar em consideração que o “corpo” social brasileiro se compunha de maneira diversa. Gustavo Barroso explica que o Brasil era formado pelo “idealismo das três raças”, que consistia numa espécie de miscigenação:

o sonho das tribus andejas dos tupis em busca duma terra feliz, o sonho de libertação dos escravos arrancados aos sertões longínquos, o sonho de gloria e riqueza dos conquistadores e bandeirantes audazes. A benção do jesuíta uniu todos debaixo da mesma cruz. Dos Guararapes ao Aquibadan, o sangue de todos os uniu no mesmo destino. O seu culto é a cruz que juntou as três raças e os três sonhos.

O Estado Corporativo Brasileiro é uma verdadeira democracia organica, pois resulta dos sufragios dos sindicatos, federações e corporações. A base do Estado reside na familia. Das familias nasce o municipio. E os sindicatos se organizam nos municipios. A organização vem de baixo para cima, nasce do próprio povo.¹⁰⁵

Em consonância com esta postura, o Estado Novo pretendia, pela adoção da idéia de movimento na forma da “Marcha para Oeste”, dissimular a condição de exploração dos grupos conquistados e escravizados, os indígenas e os africanos. Num discurso de 1939, assim se explicita o movimento interiorizador: “Caminhamos para a unidade, marchamos para o Centro, não pela força de preconceitos doutrinarios, mas pelo fatalismo da nossa definição racial”. À “marcha” atribui-se um caráter militarizado, insinuando movimento orientado, cadencia, fé, tenacidade, entusiasmo e, principalmente, disciplina.¹⁰⁶

Daí surge o discurso da moralização do corpo, em que o corpo não é só produtor de moralidade, mas também seu transmissor, devendo ser “convenientemente educado” a fim de que atue “como um instrumento dócil e perfeito”. Caberia ao Estado ordenar os desequilíbrios entre o corpo e as faculdades do espírito. Acreditava-se que o aperfeiçoamento racial brasileiro estaria sendo impulsionado através da participação nos jogos atléticos, já que “com a disciplina dos músculos se aperfeiçoará a disciplina da

¹⁰⁴ LENHARO, Alcir. A Sacralização da Política. Campinas: Papyrus, 1986. p. 117-118.

¹⁰⁵ BARROSO, Gustavo, op. cit. p. 18.

¹⁰⁶ LENHARO, Alcir. op. cit. p. 56-75.

vontade”. Como explica Lenharo, este discurso é dotado de elementos eugênicos mas, reconhecendo que trata-se de um povo “sem coesão étnica, sem tipo definido, sem antropologia estável, mais mesclado do que uniforme, mais nervoso do que musculoso” passa-se ao elogio da mestiçagem sem, no entanto, tornar a figura do mulato o portador da identidade nacional. O desejo de um branqueamento emerge (e atente-se para o viés moralizante) ao afirmarem que, recorrendo à nova Educação Física será possível “formar um homem típico que tenha as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e pensamentos”.¹⁰⁷

Assim, Pedro Calmon propunha que o atletismo compreende um aspecto triplo: “a arte olímpica de modelar o ser triunfante”, “a técnica paciente de adextrar a mocidade” e “a política indispensável da mobilização e aperfeiçoamento das forças adolescentes do país”. A “regeneração antro-po-síquica” se daria através da “militarização espiritual”. O entendimento de Maria de Lacerda a este respeito é bastante ilustrativo:

*Entreguemos ao exército todos os poderes para que, no setor de educação física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um Evangelho salutaríssimo à Nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o exército glorioso precisa de um “Homem Brasileiro”, com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiante, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, todo ele, no tocante à educação física, uma Escola de Educação Física do Exército...*¹⁰⁸

E há um país cuja experiência de militarização do esporte é exemplar. Lá, a massificação do esporte contribuiu para que o “futuro cidadão” se dedique ao esporte desde criança, intensificando especialmente em outros lugares e momentos da vida nacional, seja através da juventude hitleriana, do Partido das Forças Armadas ou até mesmo nos locais de trabalho, “como eficaz contrabalanço dos danos físicos maiores ou menores causados pela vida profissional”: trata-se da Alemanha nazista. Fica evidente o

¹⁰⁷

Idem, *ibidem*. p. 77-79.

¹⁰⁸

Idem, *ibidem*. p. 81.

enfoque da militarização do corpo, higienizado e eugenizado, enquanto instrumento de transformação do corpo social.¹⁰⁹

A declaração de guerra acelera os impulsos para ampliar a produção, exigindo que os campos de trabalho se estendessem em “campos de batalha”, pois a guerra não se decidiria apenas nas trincheiras, nem podia ser confiada apenas à bravura dos militares. A idéia da militarização do trabalho fazia com que cada trabalhador se considerasse um “soldado do trabalho” e, nesta condição, não poderia dispor de si mesmo. No Brasil, a economia de guerra após 1942 teria precisamente este efeito, impedindo os trabalhadores de questionar ou sequer avaliar sua condição de operários, pois esta vinha sendo esmagada desde 1935, reforçando ainda mais sua “submissão à vontade do chefe”.¹¹⁰

O Estado Novo também se apropriava do arcabouço cultural e religioso em seus discursos, revelando uma maneira diferenciada de se apropriar de um simbolismo, uma “mística do sangue” em benefício do corporativismo. Cassiano Ricardo afirmava que “há um bandeirante anônimo caminhando no sangue de cada um de nós” retomando o caráter da Marcha para Oeste.¹¹¹

Em outra declaração, de Vargas, Alcir Lenharo identifica um “contrabando” do discurso litúrgico para a “liturgia política”. Se no primeiro, o “preciosíssimo” sangue (de Cristo) derramado é a fonte da salvação via remissão dos pecados, na segunda, o “impulso pelo sacrifício” e o “todo indivisível” (sangue e corpo) estão invertidos, reiterando a relação entre cidadão e pátria:

Devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos teem a mesma tradição histórica e *todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território*. Considerando-a *uma unidade indivisível*, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, *que é o sangue e a carne do seu corpo*.¹¹²

Deve-se ressaltar ainda que, apesar de o discurso político afirmar que o Brasil não é racista (argumentando ainda que a população é 90% católica e a Igreja é contra o racismo) e rejeitar o racismo “entre brancos”, Lenharo desvenda este “racismo à brasileira”, que busca assegurar o domínio de quem se julga superior por natureza,

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*. p. 81-83.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*. p. 84-87.

¹¹¹ Idem, *ibidem*. p. 73.

¹¹² Idem, *ibidem*. p. 110.

quando justifica a recusa de “maior influxo de sangue negro ou amarelo, não é proveniente preconceito racial”, mas sim pelo fato de que se deseja “formar no futuro uma civilização brasileira branca”. Com a intenção de preservar a pretensa “unidade” racial do Brasil, o poder dissimula a situação do negro, “problema não resolvido” e do japonês “novo problema”, atacando-os.¹¹³

A Igreja desempenhou, assim, um papel importante, seja como modelo aglutinador – como no comentário de um ex-burocrata francês, citado por Alcir Lenharo: “o Estado é estruturado como uma Igreja cuja função essencial é garantir o depósito da fé, sua intangibilidade e sua transmissão por meio de dogmas, decretos e prescrições políticas”, seja num papel de mediadora no plano social, como na solicitação de Roberto Simonsen às autoridades religiosas, de que estas “apaziguassem os humildes, para que não se revoltassem contra os patrões e reconhecessem a sua impossibilidade de melhorar as condições de ganho dos trabalhadores”,¹¹⁴

A argumentação de Plínio Salgado centra-se mais no combate ao materialismo, traçando uma espécie de genealogia, abarcando aqueles que ele considera como filósofos materialistas, dentre os quais se pode mencionar Bacon, Locke, Hume, Hobbes, Darwin e Spencer, este último considerado o sintetizador da corrente do “evolucionismo transformista e determinista”. Afirma ser este o verdadeiro inimigo do cristianismo, já que, sendo agnóstico, não pode criar mística e sem esta, não produz movimento de massa. Por outro lado, o “materialismo idealista”, expresso em Marx e Nietzsche através de Feuerbach e da dialética de Hegel, convidam à ação e à revolução, e assim, afirma ser-lhes impossível negar o “espírito” e o “livre-arbítrio”.¹¹⁵

O líder integralista caracteriza “o racismo alemão, o pragmatismo americano, o pan-eslavismo russo e o expansionismo japonês” como expressões de pensamentos intimamente ligados a esse “materialismo agnóstico”. Critica também o combate do “socialismo materialista internacional” através de um “socialismo materialista nacional”, propondo que se o Estado não se inspira em princípios religiosos e não distingue os “limites entre o poder de César e o poder de Deus”, a personalidade humana sucumbe torturada pelo “socialismo nacional”.¹¹⁶

¹¹³ Idem, *ibidem*. p. 118-120.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*. p. 156-157.

¹¹⁵ SALGADO, Plínio. *A imagem daquela noite: e outros escritos*. São Judas Tadeu, e S. Simão Cananita. A mulher no século XX. Conceito cristão da democracia. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 348-366.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*. p. 350.

Querendo livrar-se de um Estado Totalitário destinado a absorver a Espécie Humana, cai na armadilha de um Estado Totalitário que se propõe a absorver a Nação. O primeiro pretende reduzir tôda a Humanidade a massa amorfa, onde os direitos individuais se afogarão no oceano dos direitos coletivos, utopia que só favorece a uma reduzida casta dirigente. O segundo, identificando os conceitos de Nação e Estado e dando a êste configuração e exercício funcional de caráter biológico, fará desaparecer as marcas da personalidade dos súditos, sempre que elas contrariem os caracteres expressivos da fisionomia estatal.¹¹⁷

Alcir Lenharo oferece alguns esclarecimentos a respeito destas apropriações de imagens, ressaltando que seu uso propagandístico tinha a intenção de “espalhar a carga emotiva e sensorial”, detonando respostas emotivas de “aceitação, contentamento, satisfação” – reações passivas e não críticas. Como Marilena Chauí explica, as imagens são um “espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente e, unindo o disperso, a imagem, exclui a reflexão, criando a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador”.¹¹⁸

A partir destas reflexões, pode-se observar que com a “Revolução” de 1930, o Brasil direcionou-se de fato a passagem para uma sociedade de base urbano-industrial sem que houvesse uma correspondente ruptura com os aspectos básicos da orientação dominante na época anterior, o que permite que este processo seja entendido como uma “modernização conservadora”, de acordo com o esquema de Barrington Moore¹¹⁹, em que a incorporação de novos atores não desalojou os antigos, primando pela coexistência de medidas favoráveis à industrialização e medidas voltadas para o amparo dos grupos econômicos tradicionais.¹²⁰

Verifica-se que essa expansão industrial com o objetivo de substituir as importações, restringidas pela guerra, criou modificações estruturais na economia, ao contrário do crescimento anterior em que a agricultura permanecia como fator preponderante. O Exército também passaria a ter cada vez mais independência e poder, especialmente depois da intentona comunista de 1935 e com a Segunda Guerra

¹¹⁷ Idem, *ibidem*. p. 372-373.

¹¹⁸ LENHARO, Alcir. op. cit. p. 16

¹¹⁹ MOORE, Barrington, Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia : senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Santos: Martins Fontes, 1967. p. 499-509.

De acordo com o autor, a “modernização conservadora” consiste na formação de uma máquina burocrática eficiente que inclui instituições de repressão (militares e polícia), na manutenção de uma ética militar entre a nobreza, na valorização da disciplina e da obediências prussianas (qualidades de um soldado da “Esparta do Norte”), compondo então um sistema agrário repressivo da mão-de-obra.

¹²⁰ História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, SP: DIFEL, 1984. Volume 3. Tomo III. p. 87-90.

Mundial, reforçando os princípios hierárquicos e consolidando sua coesão interna e unidade de comando.¹²¹

Eli Diniz explica que as estruturas hierárquicas de controle do Estado sobre a sociedade e o modelo corporativo de intermediação de interesses foram predominantes, efetivamente subordinando os grupos emergentes à tutela estatal e eliminando a possibilidade de os partidos de influenciar o processo decisório, impedindo-os de funcionar como instrumento de universalização e racionalização das demandas básicas da sociedade. Os conflitos seriam processados segundo uma lógica individualizante, mantendo-os localizados, isolados do escrutínio do grande público, o que prevenia seu desdobramento para fora do âmbito dos grupos diretamente envolvidos e restringia o poder de contágio de quaisquer reivindicações.¹²²

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 90-118.

¹²² DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 18-22.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que, ao contrário do que sugere Hobsbawm¹²³, as “ocasiões de massa”, como no caso das reuniões nazistas, não deve ser considerada automaticamente como um processo em vias de “democratização política”. Antes, podem ser entendidos como parte de um mecanismo criado para distanciar as massas do processo decisório e mesmo da subjetividade e da cidadania ativa, mais consoante com a “revolução a partir da direita” (*Revolution von Rechts*)¹²⁴ mencionada por Peter Gay, entretanto centralmente desenvolvida e explicada por Arno Mayer e Barrington Moore Jr.

Nesta via, ficou clara a presença de elementos tradicionais e/ou místicos, constituindo a matriz da formação cultural das elites intelectuais e governantes. Estas, percebendo quaisquer transformações como ameaças a suas posições privilegiadas, apropriaram-se destes valores e os insuflaram de conservadorismo, a fim de estabilizar o processo de “modernização” econômica e tecnológica, sem que houvesse uma efetiva mudança nas condições sociais e políticas, especialmente no que se refere aos grupos menos privilegiados, efetivamente caracterizando uma “modernização conservadora”, de caráter elitista.

As manifestações públicas do nazismo, ostentando publicamente os símbolos “mágicos”, “míticos”, do passado germânico, tinham a função de sustentar o “mito”, a “magia” da unidade nacional alemã, “pura” e “forte”. Satisfazendo os mecanismos psicológicos das massas oprimidas, as elites nazistas puderam manter o “corpo” nacional coeso e disciplinado, mesmo diante de uma guerra de proporções avassaladoras e implicações desastrosas. Vale notar que a própria guerra se fazia em nome da proteção Alemanha – antes ultrajada, depois recomposta.

É forçoso ressaltar que estas tendências políticas alienantes não se extinguem no Brasil com o regime democrático entre 1945 e 1964, e se mostram presente mesmo após o período da Ditadura Militar (1964-1985). Eli Diniz define o processo como uma “transição negociada”, uma “transição pelo alto” em que, num processo lento de mudanças de caráter moderado, privilegiando o controle do conjunto, com um papel decisivo das elites autoritárias e sem dismantelar o regime precedente. Ao mesmo tempo em que economicamente o país se insere entre as sociedades industriais

¹²³ HOBSBAWM, op. cit. p. 314.

¹²⁴ GAY, Peter. op. cit. p. 98.

avançadas, alinha-se também, entre as nações mais pauperizadas da África e Ásia, em relação aos indicadores sociais, devido ao agravamento ainda maior dos níveis de desigualdade e pobreza.¹²⁵

Pode-se concluir que os integralistas, reconhecendo que o contexto histórico brasileiro seria inconciliável com as tendências neopagãs do nazismo e do fascismo, procuraram enraizar-se ideologicamente enquanto movimento cristão, mantendo uma constante preocupação de estabelecer pontos de contato entre as outras ideologias de tendência fascista, pregando (especialmente através de Gustavo Barroso) uma solidariedade entre as diversas formas de fascismo enquanto “doutrina de caráter universal”,¹²⁶ mas, mais ainda, diferenciando-se do caráter pagão do nazismo alemão (identificado no exclusivismo racial e da pureza ariana) e do fascismo italiano (que se fundamenta na tradição do Império Romano para fundamentar sua concepção de Estado cesariana e, portanto, anti-cristã), opondo-lhes o “idealismo cristão” que combate os materialismos, representados pelo liberalismo e pelo comunismo.¹²⁷

A “democracia cristã” que Plínio Salgado propõe¹²⁸ deve ser compreendida neste contexto, em que o integralismo procura distanciar-se do inicial fascínio pela Itália de Mussolini, mas que mantém sua inspiração fascista e corporativa, ao transpô-la para o Brasil, numa democracia “orgânica”, um Estado Integral em que “todos os brasileiros colaborarão, no grupo a que pertencerem, para a formação do poder público”: a necessidade de partidos se extingue, pois todos participarão da política onde estão.¹²⁹

Enquanto na Alemanha a questão racial tomou um viés biológico e moralizante, em que a “pureza de sangue” tornou-se sinônimo de pureza moral e exigia o combate aos elementos estranhos ao “corpo social”, a questão racial no Brasil é, portanto, apenas tratada de uma maneira diferente, mas também procura sustentar uma ilusão de unidade e suprimir as tendências percebidas como possíveis ameaças à estabilidade do poder.

¹²⁵ DINIZ, Eli. *Atores sociais e o processo de democratização*. In: DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato e LESSA Renato. *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989. p. 22-25.

¹²⁶ BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1936. p. 17-101.

¹²⁷ SALGADO, Plínio. *A imagem daquela noite: e outros escritos*. São Judas Tadeu, e S. Simão Cananita. A mulher no século XX. Conceito cristão da democracia. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 350-361

¹²⁸ Idem, *ibidem*. p. 374.

¹²⁹ TRINDADE, Hélijo. Integralismo: teoria e práxis nos anos 30. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira. Boris Fausto. São Paulo, SP: DIFEL, 1984. Volume 3. Tomo III. P. 305-312.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGEBERT, Jean-Michel. *Hitler e as religiões da suástica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- MOORE, Barrington, Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia : senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Santos: Martins Fontes, 1967.
- BEOZZO, José Oscar. *Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira. Boris Fausto. São Paulo, SP: DIFEL, 1984. Volume 4. Tomo III.
- BURSZTEIN, Jean-Gerard, *Hitler: a tirania e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DINIZ, Eli. *Atores sociais e o processo de democratização*. In: DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato e LESSA Renato. *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- DINIZ, Eli. *O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de Classes*. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira. Boris Fausto. São Paulo, SP: DIFEL, 1984. Volume 3. Tomo III.
- FEST, Joachim C. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GALLI, Giorgio. *Hitler e o Nazismo Mágico*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. *A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914*. In: HOBSBAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 3º Ed.
- HÖHNE, Heinz. *SS: A Ordem Negra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Laudes. 1970.
- KEEGAN, John. *Waffen SS: Soldados da Morte*. RJ: Renes, 1973.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.
- MAYER, Arno. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1988.
- TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: teoria e práxis nos anos 30*. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira. Boris Fausto. São Paulo, SP: DIFEL, 1984. Volume 3. Tomo III. P. 305-312.
- PAXTON, Robert O.; ZIMBRES, Patrícia de Queiroz Carvalho. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: EDUSP, 2000.

ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

FONTES

BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1936.

SALGADO, Plínio. *A imagem daquela noite: e outros escritos*. São Judas Tadeu, e S. Simão Cananita. *A mulher no século XX. Conceito cristão da democracia*. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://occultthirdreich.wordpress.com/2011/08/13/himmler-the-ahnenerbe-and-the-wewelsburg/>

último acesso em 28/07/2013

<http://wodumedia.com/world-war-ii-before-the-war/hitler-youth-honor-an-unknown-soldier-by-forming-a-swastika-symbol-on-aug-27-1933-in-germany-ap-photo/>

último acesso em 28/07/2013